



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

Relatório e Contas 2011



Índice

04	I - Apresentação	49	VI - Comissões	67	IX - Comunicação
05	II - Estratégia global de ação	49	VI.I - Comissão Permanente da História da Contabilidade	68	X - Relações internacionais
07	III - Breve caracterização da Ordem	49	VI.II - Júri de Exame	70	XI - Outras ações
11	IV - Assembleia Geral	50	VI.III - Comissão de Controle da Qualidade	71	XII - O que não fizemos
18	V - Organização funcional	53	VI.IV - Comissão de Acompanhamento de Estágios	72	XIII - Análise da situação económica e financeira
18	V.I - Departamento de Apoio aos Órgãos	54	VI.V - Comissão de Implementação da Contabilidade Pública	72	XIII.I - Análise económica
20	V.II - Departamento de Consultoria	54	VI.VI - Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio	78	XIII.II - Análise financeira
22	V.III - Departamento de Comunicação e Imagem	55	VI.VII - Comissão de Fiscalização de Formação Equiparada	81	XIV - Balanço, demonstrações e anexos
29	V.IV - Departamento de Funcionamento	59	VII - Apoio técnico aos membros	102	XV - Considerações finais
31	V.V - Departamento Jurídico	59	VII.I Formação	105	Parecer do Conselho Superior sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2011
35	V.VI - Departamento de Sistemas de Informação	64	VIII - Apoio social aos membros	107	Relatório Anual da Atividade Fiscalizadora de 2011
45	V.VII - Serviço de Contabilidade			113	Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2011
46	V.VIII - Serviço de Receção e Expedição de Correio			115	Relatório de Auditoria
47	V.IX - Serviço de Tesouraria				



Apresentação

I

Traduzir em palavras a intensidade, a emoção e a alma que colocamos nos atos que praticamos, é tarefa bem difícil, pois fica-nos sempre a sensação que não dissemos tudo, que não utilizámos os termos mais adequados, ou que não escolhemos a melhor forma para comunicar o que pretendemos, Há sempre a sensação de que algo ficou por dizer.

Na verdade, os 12 meses de 2011 foram tão preenchidos que qualquer ser humano experimentará a dificuldade em transcrever por palavras toda a dinâmica da Instituição.

Foi um horizonte temporal repleto de acontecimentos que vincaram de forma marcante a Instituição, a visão da realidade em que esta se insere e do papel que, segundo julgamos, nos compete desempenhar organizados na sociedade.

Desde logo na firme convicção dos caminhos que a profissão deve trilhar na senda da qualidade, do rigor, do progresso e das respostas que os Técnicos Oficiais de Contas devem encontrar para ganhar os enormes desafios que se colocam à profissão.

Todas as iniciativas levadas a efeito contribuirão, indubitavelmente, para uma maior e mais esclarecida consciência da profissão, das suas potencialidades e do papel que lhe compete desempenhar numa economia em crise e numa estrutura empresarial onde predominam as micro, as pequenas e as médias empresas.

Os TOC, não obstante as dificuldades acrescidas em períodos conturbados, aceitaram o desafio da urgente mudança que obrigatoriamente se tem que operar na profissão, respondendo de forma empenhada e construtiva, na busca incessante de novos valores que respondam às suas necessidades da profissão e às expectativas que empresas e empresários nela depositam.

A afluência à formação, a segunda maior até hoje verificada na Ordem, não deixa de ser revelador da aceitação dos desafios de qualidade lançados, mas também, em nossa opinião, pela interiorização que o caminho de qualidade, rigor e exigência se revelar como o único capaz de construir bases sólidas para resistir contra as dificuldades ainda maiores que se aproximam.

Todos conhecemos os obstáculos nestes tempos de crise e sabemos que, infelizmente, nem todos os profissionais escolhem o caminho do rigor, da qualidade e da exigência, criando complexos e graves problemas àqueles que escolhem aqueles valores, podendo comprometer de forma irreversível as bases futuras de crescimento e sustentação.

A Ordem, considerando os condicionalismos e a vocação genuína da Instituição, vê-se impotente perante alguns daqueles factos e, sempre que as situações se enquadrem no incumprimento das normas estabelecidas, procede, em conformidade, através dos competentes órgãos ao procedimento disciplinar.

Não obstante, tem consciência que questões desta natureza não se resolvem exclusivamente pela via da disciplina, mas antes pela motivação que se deve criar junto dos profissionais, no sentido de os alertar sobre determinados tipos de comportamento que acabam por os atingir de forma inequívoca e, por vezes irremediável, os que hoje os praticam.

Os eventos realizados, em grande quantidade e qualidade, dignificam a Ordem e os seus membros, pelo que nos congratulamos pela participação dos profissionais, porque não deixa de revelar um sentimento comum da necessidade de uma nova atitude profissional.

Mas aqueles acontecimentos, bem como toda a atividade da Ordem, não acontecem por mero acaso, mas sim como atos e ações integrados num conjunto de factos e situações concebidos para a obtenção de objetivos específicos para a profissão. Toda a ação da Ordem se enquadra no seguinte:

II

Estratégia global de ação

É importante compreendermos, mesmo quando as coisas não correm como previamente as concebemos, que a atividade da Ordem não acontece ao sabor da sorte, mas sim em função de metas e objetivos previamente estabelecidos.

A conexão dos fatos, nem sempre é de fácil perceção, pois há formas indiretas de abordagem das questões por vezes bem mais eficazes do que a sua abordagem direta.

Mas, independentemente da forma, ou da dimensão dos factos, todos eles confluem para um ponto único que se consubstancia no crescimento da profissão sustentada em valores qualitativos de exigência e rigor, únicos alicerces capazes de suportar os desafios que diariamente lhe são colocados.

É imperioso que os técnicos oficiais de contas interiorizem com a máxima urgência a premência de uma mudança estrutural na forma e no conteúdo como se apresentam no mercado, manifestando-se com a necessária competência para resolver os problemas organizacionais das empresas e, pela sua prática, demonstrar a sua imprescindível mais-valia.

Temos consciência que o nosso objetivo não é de fácil aceitação, pois é mais cómodo seguir a rotina do passado, aparecendo ao cliente uma vez por ano, do que apostar no esforço de compreender e conhecer os negócios dos nossos clientes e tentar executar a contabilidade para que ela forneça informação fundamental para as tomadas de decisão, A aposta devia ser no acompanhamento permanente da evolução das empresas que, necessariamente, exigirá de nós esforço e estudo, o que, diga-se em abono da verdade, não tem sido muito a tradição dos profissionais.

Evidentemente que a mudança de mentalidade e atitude na profissão não depende apenas dos TOC, mas também de outros fatores que, sendo-lhes exógenos, não deixam de ser fundamentais para a obtenção dos objetivos enunciados. De entre os muitos, há um que nos parece fundamental, o qual tem a ver com a consideração que a sociedade e os empresários têm da contabilidade e da profissão.

A Ordem, na medida das suas possibilidades, desde há muito e de uma forma subtil, tem vindo a praticar atos e ações tendentes a contrariar o conceito de minoridade enraizado na sociedade, sendo um bom exemplo destas iniciativas o ciclo de conferências «A soma das partes» que, em parceria com o grupo Controlinveste (TSF, DN, JN, Açoriano Oriental e Diário de Notícias da Madeira) se têm realizado nas sedes dos distritos do Continente e Regiões Autónomas, numa abordagem de questões de interesse coletivo, bem como emitindo opinião sobre questões económicas e sociais.

Mas de pouco valerá o esforço da Ordem se este não for complementado com a prática do dia-a-dia dos profissionais em que, no terreno, com os seus atos, as suas atitudes e ações, devem reforçar os valores que defendemos para a profissão.

À Ordem compete, no conhecimento e sensibilização das matérias, procurar os melhores caminhos e espaços para que os profissionais implementem e executem uma atitude profissional diferente e, assim, ganhar uma profissão que não seja um gasto de contexto para as empresas, mas sim uma mais-valia, naturalmente com um gasto associado, que gera retorno significativo para empresas e empresários.

Na complexa missão de realizar os objetivos pretendidos, atenta a realidade atual, outras soluções seriam possíveis, mas a experiência tem-nos revelado que o caminho que temos seguido é o mais eficiente e aporta à profissão melhores resultados. A credibilidade da profissão, sempre foi, é e será a nossa grande preocupação.

Alguns menos atentos eventualmente interrogar-se-ão do porquê da sua Ordem profissional apoiar o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, e do Setor Empresarial do Estado, promover conferências com o Diário Económico, ou parcerias com a TSF e a SIC, ou até mesmo associar-se ao Governo e às instituições de ensino superior para dar a conhecer novas realidade ou eventos por eles promovidos.

Esses, embora muitas vezes na linha da frente da crítica destrutiva, ainda não entenderam, e provavelmente nunca entenderão, das reais capacidades da nossa profissão e da necessidade urgente de todos nos unirmos em torno daqueles objetivos a que todos se propõem.

É nossa firme convicção que continuamos a dar os passos certos para uma maior envolvência dos profissionais com a sociedade na construção de uma nova consciência social da importância da profissão e do seu inestimável papel na sustentação das empresas, entendidas estas como entidades económicas em continuidade, o que conseguimos através dos Órgãos que adiante se verá.

III

Breve caracterização da Ordem

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tem a sua sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45.º, em Lisboa, tem 13 representações físicas em 13 distritos do Continente e Regiões Autónomas, sendo 12 de sua propriedade, situando-se nas cidades Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Funchal, Leiria, Ponta Delgada, Porto, Santarém, Setubal, Vila Real e Viseu, Para além do descrito, são também de sua propriedade a atual sede e o edifício onde funcionou a sua primeira sede na Avenida 24 de Julho, n.º 58.

É uma instituição pública de regulação profissional cabendo-lhe, de entre outras funções, para além da representação institucional dos seus membros, regular e disciplinar a profissão, realizando a sua ação através das mais diversas manifestações de natureza interna ou externa de forma a defender o prestígio da profissão, as prerrogativas dos seus membros e, sempre que lhes sejam cerceados os seus direitos, constituir-se como assistente na sua defesa.

A defesa dos membros manifesta-se das mais diversas e complexas formas, desde a verificação do cumprimento das disposições estatutárias até às preocupações qualitativas do exercício da profissão, implementando sistemas, práticas e ações que auxiliem os membros a atingir as metas estabelecidas. Através do Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, operou-se uma profunda alteração do Estatuto da Ordem, autêntica “bíblia” orientadora da estratégia da profissão, onde se definiram com maior rigor alguns conceitos de intervenção profissional, e se plasmou em lei o que desde há muito vinha sendo, na prática, executado pelos técnicos oficiais de contas.

Consagrou-se o direito dos técnicos oficiais de contas representarem, no âmbito do procedimento fiscal gracioso, os seus contribuintes o que diga-se em abono da verdade, não deixa de constituir uma inegável vitória dos profissionais, que, de acordo com os dados que possuímos, ainda não está a ser devidamente aproveitada.

O alargamento do seu campo de intervenção acarreta para a Ordem uma maior e mais acentuada preocupação em realizar eventos que suscitem análise, reflexão e estudo que conduza a uma maior inteligibilidade das novas realidades e uma maior segurança no cumprimento das normas, o que somado ao interesse público reconhecido à profissão, no desempenho das funções que por lei lhe são delegadas, confere-lhe um poder de autoridade, só possível no desempenho da missão que lhe foi confiada.

Para o cumprimento dos desafios constantes que se lhe deparam, a Ordem integra no seu quadro de recursos humanos 141 pessoas, sendo 115 colaboradores e 26 dirigentes distribuídos pelos diversos órgãos e de acordo com a seguinte estrutura orgânica:



- a) **Assembleia Geral:** É o órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da Instituição, sendo ela integrada por todos os profissionais no pleno gozo dos seus direitos, o que lhe confere uma representatividade democrática e, por essa via, a participação dos membros nas decisões da Instituição.

Tem a seguinte composição:

Presidente	Manuel António dos Santos
Vice-Presidente	Rui Fernando da Silva Rio
Secretário	António de Carvalho Martins
Secretária	Maria Leonor R.C. Fernandes Ferreira da Silva

Para além dos membros efetivos, tem ainda dois suplentes.

- b) **Bastonário:** É um novo órgão da instituição, com competências próprias e emergente da recente alteração do Estatuto. É a face mais visível da Instituição, competindo-lhe, para além das funções de representatividade, gerir os serviços da Ordem, presidir ao Conselho Superior e ao Conselho Diretivo, dirigir as revistas e, de uma forma geral, proceder à gestão da Ordem, executando as deliberações do Conselho Diretivo.

Bastonário	António Domingues de Azevedo
------------	------------------------------

-
- c) Conselho Superior:** É um órgão consultivo do Bastonário e do Conselho Diretivo. É uma espécie de «conselho de sábios» garantindo que o rumo da instituição não se desvia do previamente traçado e que se encontra definido nos planos da ação de longo, médio ou curto prazo. Pelo seu simbolismo pode equiparar-se a um «guardião» da profissão que, pela experiência, saber e conhecimento, garante que os caminhos trilhados são os mais adequados às suas necessidades de consolidação e desenvolvimento.

Tem a seguinte composição:

Presidente	António Domingues Azevedo, Bastonário, por inerência de funções
Vogal	Armando Pereira Marques, por inerência de funções
Rep, do Norte	José Alberto Pinheiro Pinto
Rep, do Centro	José das Neves Raimundo
Rep, do Sul	António Manuel dos Santos Nabo
Rep, da Madeira	Carlos Pinto
Rep, dos Açores	Fernando Manuel Botelho de Andrade
Elem, Cooptados	José António Alves da Silva
“	João Lopes Ribeiro
“	Avelino Azevedo Antão
“	Leonel da Silva Pontes

- d) Conselho Diretivo:** É o órgão por excelência que define as estratégias e a ação da instituição, competindo-lhe deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias, sendo a execução das deliberações tomadas, da competência do Bastonário. Toma deliberação em todas as áreas que não se encontrem definidas como competência de outros órgãos e compete-lhe, de entre outras funções, apresentar ao Conselho Superior as estratégias da ação, materializadas nos planos de atividade e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Presidente	António Domingues Azevedo, Bastonário, por inerência de funções
Vice-presidente	Armando Pereira Marques
Vogal	Jaime Soares dos Santos
Vogal	Filomena Maria Felgueiras Abreu Lima Moreira
Vogal	Manuel Vieira dos Santos
Vogal	Ezequiel António Nunes Fernandes
Vogal	Rita Gonçalves Cordeiro

Para além dos membros efetivos o Conselho Diretivo é composto ainda por quatro suplentes.

- e) Conselho Fiscal:** É o órgão de fiscalização da Instituição, competindo-lhe as funções definidas no estatuto, sendo-lhe primordialmente atribuídas o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento. Por efeito de uma atitude proativa, o Conselho Fiscal, embora o legislador especificamente não o mencione, elabora relatos e notas de recomendação ao Conselho Diretivo, alertando para situações que, no seu entender, devem ser merecedoras de alteração.

Tem a seguinte composição:

Presidente	Joaquim Fernando da Cunha Guimarães
Vogal	António Joaquim Fernandes Cerqueira
Vogal	Tomás Pires Vieira dos Santos

Para além dos membros efetivos o Conselho Fiscal tem ainda dois suplentes.

- f) Conselho Disciplinar:** É o órgão que tem sob a sua responsabilidade o desempenho da função disciplinar da profissão. A sua ação revela-se de fundamental importância, não só na implementação de valores éticos e deontológicos no exercício da profissão, mas também no estabelecimento de regras de bom comportamento no relacionamento entre os profissionais. A sua ação fundamental para combater os abusos e desrespeito pelas regras éticas e deontológicas que as crises mais acentuam, conforme se pode constatar no presente relatório, revela de forma inequívoca a sua importância na gestão da profissão.

Tem a seguinte composição:

Presidente	António Joaquim Pereira Silvão
Vogal	Alberto Carlos Morais Brás
Vogal	José Albino Prodêncio

Para além dos efetivos o Conselho Disciplinar, tem ainda dois suplentes.

A dimensão, os objetivos e os desafios que temos permanentemente vindo a colocar à profissão, só podem ser executados na intercomunicabilidade dos objetivos traçados e no respeito das funções que a cada órgão estão cometidas.

O Conselho Fiscal, por disposição estatutária apresenta o seu relatório autónomo, pelo que, apresentamos relato dos restantes órgãos:

IV

Assembleia Geral

A Assembleia Geral, para além do cumprimento das disposições estatutárias, o que justifica a realização de duas assembleias gerais, uma em novembro ou dezembro para análise e deliberação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e outra, no mês de março, para análise e deliberação sobre o Relatório e Contas do ano anterior, tem através da sua mesa colaborado ativamente com o Bastonário e o Conselho Diretivo, no sentido de acompanhar a atividade da Ordem, contribuindo por essa via para uma maior unidade entre os órgãos e cumprimento das metas estabelecidas.

Para a concretização desse objetivo, a mencionada mesa reuniu-se diversas vezes, quer no Porto, quer em Lisboa.

Da mesma forma e no mesmo espírito, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, tem assistido, depois de devidamente autorizado pelo respetivo órgão, às reuniões do Conselho Superior, participando, sem direito a voto nas respetivas discussões.

Bastonário / Conselho Diretivo

Estes órgãos da Ordem, considerando as responsabilidades que lhes cabem na elaboração e execução dos documentos relatados, têm todos um contributo específico para a dimensão do presente relatório e contas, pelo que, nos termos descritos, não faria qualquer sentido repetir o relato para evidenciar o seu concurso na atividade da Ordem.

Conselho Superior

O Conselho Superior, atenta a sua função no funcionamento da Ordem, bem como a periodicidade das suas reuniões estatutárias, no decurso de 2011 realizou cinco reuniões, nas quais debateu e analisou, no âmbito das suas competências a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), bem como avaliou o nível e orientação da sua execução, de acordo com as premissas inicialmente previstas nos documentos de suporte.

Conselho Disciplinar

A atividade jurisdicional não pode ser vista de forma linear, pois consistindo ela na avaliação da culpa e, conseqüentemente, da intencionalidade que sustenta os atos passíveis de procedimento disciplinar, cada caso tem que ser avaliado isoladamente, com vista a avaliar aquela intencionalidade e o grau de culpa com que o mesmo é praticado.

A informação que ora se disponibiliza é aquela que, face aos condicionalismos impostos pelo sigilo, foi possível preparar para livre apreciação dos interessados.

O Conselho Disciplinar realizou, no período em referência, 37 sessões plenárias cuja duração, no seu conjunto, totalizou 139 horas.

Note-se que, de acordo com o novo regulamento, o Conselho passou a reunir quinzenalmente.

No quadro I, e numa perspetiva meramente quantitativa, apresenta-se um resumo do número de sessões por meses e por ano, podendo assim comparar-se a atividade desenvolvida pelo Conselho Disciplinar nos últimos quatro anos.

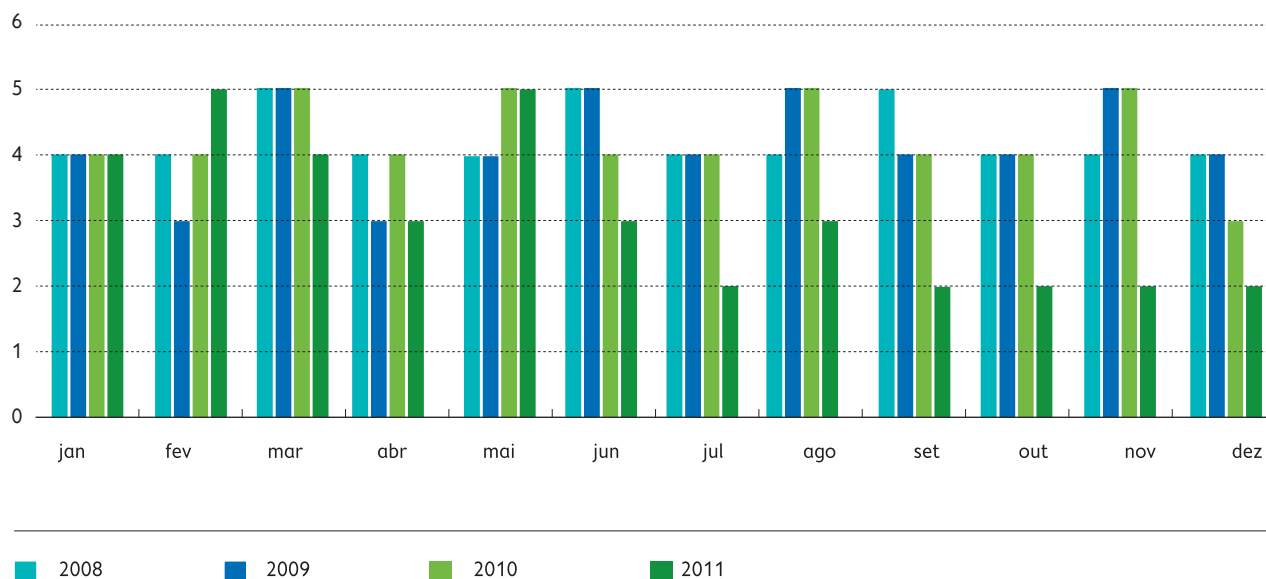
Mês	N.º reuniões			
	2008	2009	2010	2011
Janeiro	4	4	4	4
Fevereiro	4	3	4	5
Março	5	5	5	4
Abril	4	3	4	3
Mai	4	4	5	5
Junho	5	5	4	3
Julho	4	4	4	2
Agosto	4	5	5	3
Setembro	5	4	4	2
Outubro	4	4	4	2
Novembro	4	5	5	2
Dezembro	4	4	3	2

Quadro I

Numa outra perspetiva analítica, e agora sob a forma de gráfico, pode ver-se a mesma situação mas já numa ótica dinâmica e evolutiva, tendo em conta o número de sessões em cada mês e em cada um dos anos em apreciação.

ATIVIDADE DO CONSELHO DISCIPLINAR (número de sessões)

Gráfico I



Instauração de processos disciplinares e abertura de processos de inquérito

Decorrentes de decisões tomadas nas sessões plenárias foram, entre outras, tomadas deliberações no sentido de:

Processos de inquérito, por isso averiguações preliminares, com vista a avaliar se existe ou não matéria para o procedimento disciplinar	135
Processos disciplinares	348
Processos disciplinares por falta de pagamento de quotas	4 131

O que significa uma diminuição, relativamente a 2010, em processos não quotas, e um aumento com grande expressão relativamente aos processos de quotas.

- Ao longo de 2011 foram analisadas e tomadas decisões sobre 5 168 participações apresentadas por membros, empresas, empresários ou entidades, sendo que destas 4 612 eram relativas a quotas e 556 a não quotas.
- Após análise das referidas participações, e na sequência de solicitação aos participantes ou a terceiros, de informações adicionais, o CD deliberou:
 - a) Instaurar 4 479 processos disciplinares, sendo 4 131 relativos a quotas, e designar os respetivos instrutores, todos eles internos e pertencentes aos quadros da OTOC, com exceção de dois casos a que se recorreu a um instrutor externo;
 - b) Abrir 135 processos de inquérito e designar os respetivos instrutores;
 - c) Apensar 158 participações a processos já instaurados/abertos;
 - d) Arquivar liminarmente 561 participações, com fundamento, em:
 - Regularização do débito (quotas);
 - Falta insuprível de elementos (imputável ao participante) para instruir o processo;
 - Prescrição, e,
 - Inexistência de indícios de infração.

Acompanhamento e análise dos processos - O Conselho Disciplinar, em 2011, analisou 536 despachos de acusação (incluindo os relativos a quotas); aprovou 1 589 relatórios com proposta de arquivamento (incluindo os relativos a quotas); aprovou 92 relatórios com proposta de convocação de processo de inquérito em disciplinar; aprovou 531 relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar. Todas as peças processuais atrás referidas são, previamente à sua aprovação final em sessão do Conselho, revistas ou avaliadas pelos membros do referido Órgão, o que significa que foram no seu conjunto revistas 2 748 peças processuais.

No gráfico II, pode ver-se a distribuição, por tipologia, das peças processuais.

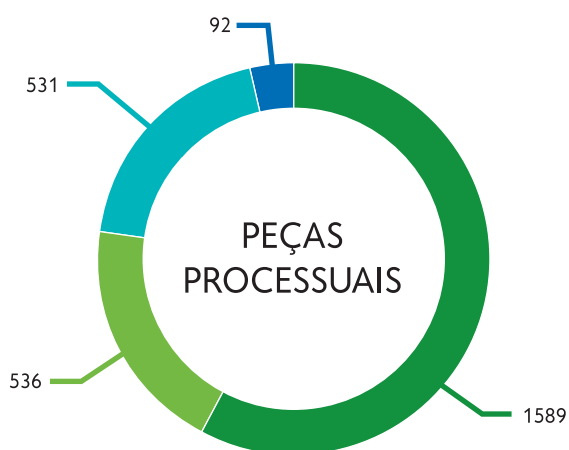


Gráfico II
Peças processuais

■ Proposta arquivamento ■ Despachos de acusação ■ Pena disciplinar ■ Inquérito disciplinar

No âmbito da sua atividade, o Conselho Disciplinar proferiu os seguintes acórdãos:

- 2 100 julgamentos, dos quais 1 654 relativos a quotas e 446 de não quotas, sendo que destes resultou o arquivamento de 1 575 processos, dos quais 1 266 de quotas e 309 não quotas e a aplicação de 525 penas disciplinares, com a seguinte graduação:

Aplicação de penas em 2011	
Penas de advertência	201
Penas de multa	311
Penas de suspensão da inscrição	10
Penas de expulsão da Ordem	3

Nos gráficos III e IV pode avaliar-se melhor a sistematização estatística atrás descrita.

Gráfico III
Julgamentos

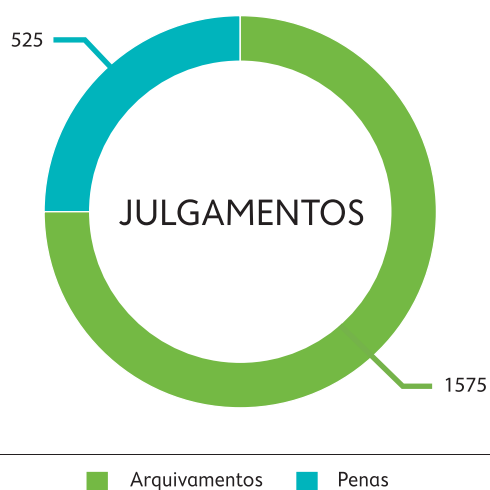
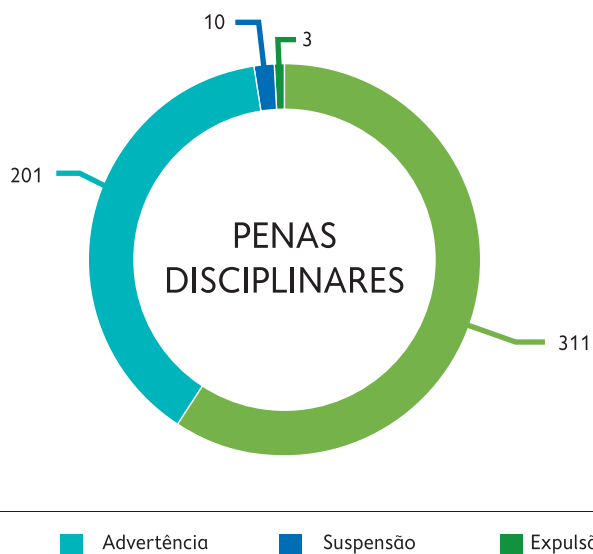


Gráfico IV
Penas disciplinares



O número de processos por falta de pagamento de quotas tem vindo a crescer de forma muito acentuada, esperando-se que, com o desenvolvimento da crise económica em Portugal, aquele tipo de intervenção do Conselho Disciplinar aumente.

Segue-se um quadro analítico por tipo de ações praticadas ou omitidas, que deram lugar às infrações sancionadas, através das penas aplicadas pelo Conselho.

Natureza das infrações denunciadas	Total acumulado em 2011
1. Incorreções técnicas (contabilísticas e fiscais)	70
2. Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações fiscais	104
3. Retenção de documentos	86
4. Apropriação de verbas confiadas para pagamento de contribuições e impostos	11
5. Falsificação de documentos	7
6. Falta de colaboração para com o colega sucessor	8
7. Falta de comunicação ao colega antecessor	46
8. Assunção de funções. havendo honorários em dívida ao colega antecessor	48
9. Comportamento contrário à dignidade e prestígio da profissão	50
10. Angariação ilícita de clientela	17
11. Quebra de sigilo profissional	1
12. Não pagamento atempado de quotas e outros encargos devidos à Ordem	2 720
13. Falta de cumprimento do art.º 10.º (n.º de clientes; volume de negócios)	4
14. Incompatibilidade no exercício de funções	4
15. Concorrência desleal	3
16. Aceitação de trabalhos sem a adequada capacidade técnica e meios (princípio da idoneidade)	13
17. Falta de colaboração com a administração fiscal	6
18. Falta de colaboração com a Ordem	3
19. Fraude fiscal	4
20. Falta de colaboração/informação ao cliente	27
21. Abandono indevido de funções	14
22. Subscrição de declarações fiscais e outros documentos que não resulta do exercício de funções	6
23. Prática de atos da competência de outros profissionais	2
24. Incumprimento do Regulamento de Controlo de Qualidade	15
25. Falta de contrato escrito relativo à prestação de serviços de TOC	9
26. Divulgação e/ou crítica do trabalho efetuado por colega sem o seu consentimento	1
27. Quebra de independência técnica no exercício de funções	6
28. Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações para fiscais a seu cargo	3
29. Omissão de pedido de recusa de assinatura junto da direção	2
30. Burla	4
31. Violação do princípio da responsabilidade	9

Quadro II

Recursos de revisão - Por força do disposto no art.º 84.º do EOTOC, as decisões disciplinares podem ser revistas a todo o tempo pelo Conselho Disciplinar, a requerimento do TOC visado, com fundamento em novas provas ou novos factos que não puderam ser considerados no decorrer da instrução, suscetíveis de alterar a decisão anteriormente proferida, Depois de devidamente analisados, foram deferidos 17 pedidos de revisão.

Movimento de correspondência - Remetida para órgãos/departamentos internos: Quer no âmbito da sua atividade específica – relevando-se a imposição estatutária de comunicação dos acórdãos ao Conselho Diretivo – quer no âmbito da interação entre órgãos e, ainda, dos procedimentos e orientações internos, o Conselho Disciplinar efetuou 368 comunicações internas discriminadas da seguinte forma:

Bastonário	7
Conselho Diretivo	143
Conselho Diretivo/alteração de moradas	30
Conselho Diretivo/PDQ	175
Departamento Jurídico	3
Tesouraria (remessa de cheques)	8
Responsável pelo Departamento Jurídico	1

Remetida para o exterior - Neste âmbito, e para além das já mencionadas 368 comunicações internas, foram expedidas para o exterior, pelo Conselho Disciplinar e dirigidas aos interessados nas deliberações e ofícios de instrução, 13 858 cartas, Constata-se assim que se verificaram 14 226 expedições.

Correspondência recebida - Em 2011, foi rececionada diversa correspondência, a qual atingiu o significativo número de **16 748** registos de entrada.

Organização funcional



A Ordem, na execução da função que por lei lhe está cometida, estruturou a sua organização em departamento e serviços, conforme a dimensão ou o desempenho esperado dessas estruturas.

Conta, assim, com os Departamentos de Apoio aos Órgãos, Comunicação e Imagem, Consultoria, Funcionamento, Jurídico e Sistemas de Informação e ainda com os Serviços de Contabilidade, Tesouraria e Receção e Expedição de Correio.

Para além desta organização, existem ainda três assessores do Bastonário, selecionados de entre os colaboradores da Ordem: um para a área jurídica (Amândio Silva); outro para a área técnica (Paula Franco) e outro para a área da educação (Nelson Ferreira).

Os departamentos e serviços desempenham as seguintes funções:

Este departamento funciona na dependência direta do Bastonário e tem como principal missão prestar assistência aos órgãos, assegurar o funcionamento das representações permanentes, prestar apoio administrativo ao Bastonário e executar as ações necessárias de apoio logístico às deslocações do Bastonário e dos restantes órgãos. Tem ao seu serviço 27 colaboradores e, em 2011, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

V.I Departamento de Apoio aos Órgãos

Departamento Apoio aos Órgãos Desempenho em 2011					
Natureza	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Variação %
Atas					
Assembleias gerais	3	3	4	1	33,3%
Órgãos da OTOC		3	3	0	0,0%
Conselho Superior		3	4	1	33,3%
Conselho Diretivo		34	38	4	11,8%
Presidentes dos Colégios de Especialidade		9	7	-2	-22,2%
Gabinete de Estudos	11	11	11	0	0,0%
Comissão do Controlo de Qualidade	15	20	18	-2	-10,0%
Júri de Exame	6	4	4	0	0,0%
Comissão EAVFE		4	2	-2	-50,0%
Comissão EAVRPDE		6	26	20	333,3%
Direção	32	0	0	0	0,0%
Conselho Técnico	21	0	0	0	0,0%
Comissão de Inscrição	49	0	0	0	0,0%

Departamento Apoio aos Órgãos Desempenho em 2011					
Natureza	2009	2010	2011	Varição 2011/2010	Varição %
Notas Internas	310	219	198	-21	-9,6%
Protocolos externos	52	30	28	-2	-6,7%
Protocolos internos	884	1 246	1 131	-115	-9,2%
Entidades equiparadas RAC	0	386	322	-64	-16,6%
Controlo de Qualidade - Processos tratados	700	724	1 477	753	104,0%
Inscrição/exames - Processos tratados	4 813	2 579	5 624	3 045	118,1%
Biblioteca	0	290	215	-75	-25,9%
Fundo de solidariedade social	0	16	14	-2	-12,5%
Fundo de Pensões - resgates	0	0	979	979	100,0%
Revista Contabilidade e Gestão - artigos tratados	25	19	19	0	0,0%
História da Contabilidade - membros associados	0	0	78	78	100,0%
Correspondência					
Correspondência recebida e tratada	9 687	14 074	18 366	4 292	30,5%
Correspondência enviada	12 052	12 240	18 650	6 410	100,0%
Exames - colégios e inscrição	0	2 579	2 873	294	11,4%
Exames - colégios, trabalhos discutidos	0	0	38	38	100,0%
Exames - inscrição, questões analisadas	0	0	270	270	100,0%
Fotocópias		139 471	226 452	86 981	62,4%
«Pasta TOC»					
Questões respondidas	32 218	3573	4 220	647	18,1%
Receção - Sede					
Atendimento presencial a membros	4 828	6 205	5 880	-325	-5,2%
Atendimento na central telefónica	32 798	64 718	40 633	-24 085	-37,2%
Registo total de entradas	0	24 896	23 075	-1 821	-7,3%
Representações					
Atendimento presencial	0	6 277	4 102	-2 175	-34,7%
Correspondência recebida	0	0	720	720	100,0%
Valores recebidos		282 805€	336 815€		

V.II Departamento de Consultoria

Este departamento tem como missão elaborar as respostas às questões técnicas colocadas pelos membros, prestar assistência técnica ao Conselho Disciplinar em matérias conexas com o exercício da profissão, elaborar textos de cariz técnico para os meios de comunicação social e assegurar, em caso de necessidade, a execução de ações de formação. Funciona sob a orientação do vice-presidente, Armando Marques, tem ao seu serviço 17 técnicos superiores e 2 técnicos administrativos. No decurso de 2011 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Departamento de Consultoria Desempenho em 2011					
Natureza	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Variação %
Atendimento de membros:					
Presencial	471	518	494	-24	-4,63%
Telefónico	18 211	19 928	19 349	-579	-2,91%
Pareceres:					
Solicitados à OTOC	8 125	8 462	8 662	200	2,36%
Emitidos, incluindo os em curso do ano anterior	7 290	7 448	7 698	250	3,36%
Em curso em 31 de dezembro	191	308	339	31	10,06%
Pareceres anulados	644	706	625	-81	-11,47%
Pareceres emitidos para o Conselho Disciplinar	27	31	40	9	29,03%
Artigos elaborados para a imprensa	167	160	161	1	0,63%
Intervenção nos spots «TSF - Conselho Fiscal»	108	102	104	2	1,96%

Atendimento presencial - Foram efetuados, durante 2011, 494 atendimentos nas instalações da OTOC, sendo o mês de fevereiro o que registou mais membros atendidos presencialmente (58).

Atendimento telefónico - Durante o ano de 2011 foram atendidos 19 349 telefonemas de carácter técnico, sendo o valor médio registado por mês de 1 612 telefonemas. É de referir um decréscimo de 2,91% em relação ao número de atendimentos telefónicos de 2010. O mês que registou maior solicitação a este departamento, em questões colocadas por telefone, foi maio com 2 430 telefonemas atendidos.

Questões - Durante o ano em análise foram efetuados a este departamento 8 662 pedidos de pareceres, representando um acréscimo de 2,36% relativamente ao ano transato, em que o número destes pedidos foi de 8 462.



Porém, dos 8 662 pedidos formulados, 625 foram anulados por diversos motivos. Os técnicos internos emitiram 6 868 pareceres de resposta a esses pedidos e àqueles que transitaram de 2010, representando 89% do total de respostas. Os consultores externos asseguraram 830 respostas.

O total de pareceres emitidos foi de 7 698 o que, comparando com 2010, ano em que foram emitidos 7 448 pareceres, significa um acréscimo de respostas de 3,36%. No fim de 2011 estavam por responder 339 pedidos de parecer.

Presença nos meios de comunicação social - Ainda durante o ano em referência foram elaborados pelos técnicos deste departamento 161 peças, das quais 40 para o Jornal de Negócios, 17 para a Vida Económica e 104 para a TSF.

Tais trabalhos foram elaborados no âmbito de uma colaboração semanal com o Jornal de Negócios e quinzenal com a Vida Económica. Os esclarecimentos na TSF, no programa «Conselho Fiscal», são difundidos diariamente nos dias úteis. No âmbito de colaboração com o Conselho Disciplinar da OTOC, o departamento emitiu parecer técnico para 40 processos.

V.III Departamento de Comunicação e Imagem

O Departamento de Comunicação e Imagem funciona sob a responsabilidade do Bastonário e tem como missão orientar e executar as ações de divulgação da Ordem, bem como coordenar as diversas participações nos órgãos de comunicação social (imprensa, rádio, televisão e internet). Tem sob a sua responsabilidade a edição das revistas da Ordem, o grafismo e apresentação das diversas publicações que a Ordem leva a efeito, inclusive as revistas publicadas. Integra-se também na sua funcionalidade, embora sob a orientação e responsabilidade dos respetivos técnicos, a edição e atualização da base de dados SITOC da Ordem, bem como a orientação da comunicação da formação à distância. Tem ao seu serviço um total de 8 colaboradores, sendo três jornalistas, dois *designers*, dois técnicos e um administrativo.

O Departamento de Comunicação e Imagem (DCI) desenvolve a sua atividade em diversos campos, destacando-se:

- Assessoria de imprensa ao Bastonário, através do seu responsável;
- Ligação aos órgãos de comunicação social;
- Difusão de informações à imprensa;
- Edição, *design* e paginação de todas as publicações da Ordem: revista **TOC**, Contabilidade e Gestão, Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e Anuário do Setor Empresarial do Estado, manuais, brochuras de apoio a seminários e conferências e manuais das diversas formações;
- Manutenção e edição de conteúdos no sítio na internet; gestão das ferramentas relacionadas com as redes sociais: *Facebook, YouTube, Twitter e Flickr*;
- Idealização e *design* do novo sítio da Ordem;
- Coordenação das gravações dos cursos de formação à distância;
- Gerir a participação nos espaços de opinião dos diversos jornais: Jornal de Negócios, Vida Económica, Diário de Notícias da Madeira, Diário Económico e TSF;
- Gestão e organização das conferências/seminários da OTOC;
- Elaboração da documentação e cobertura de todas as conferências/seminários da OTOC;
- Produção do SITOC;
- Organização e coordenação das conferências com a TSF e Diário Económico;



- Coordenação, edição e atualização do tempo de antena e do vídeo institucional;
- Difusão de *newsletter* aos membros;
- Edição geral dos vídeos realizados para a TOC TV;
- Coordenação do programa «Conselho Fiscal» na TSF e «Praça da Alegria», da RTP;

Em 2011 foram publicados 12 números da Revista **TOC** e um da Contabilidade e Gestão.

Elaborou-se, diariamente, uma revista de imprensa, distribuída por *email* aos colaboradores.

Manteve-se os recortes OTOC e de imprensa, com periodicidade semanal, disponibilizados aos membros («Pasta TOC») e aos colaboradores internos.

O grande objetivo, para além do cumprimento das tarefas delineadas, foi também o de sedimentar a presença da OTOC nos *media*, em geral.

Nesse âmbito, a OTOC continuou a colaborar de forma semanal com: Vida Económica, Jornal de Negócios e Diário de Notícias da Madeira.

Diariamente mantém a rubrica «Conselho Fiscal», na TSF.

Em 2011 manteve-se no Diário Económico a coluna quinzenal da autoria do Bastonário, totalizando 24 presenças.

Na área da comunicação externa, a OTOC aprofundou a parceria firmada com a prestigiada rádio TSF, mantendo o programa diário «Conselho Fiscal», emitido durante a semana, de manhã e à tarde.

Para além disso, foram realizadas em conjunto duas conferências, uma em Lisboa e outra no Porto, tendo-se iniciado em julho o ciclo de conferências «Portugal – A Soma das Partes», que percorreu, em 2011, oito distritos do país, continuando em 2012.

Esta parceria vem realçar o posicionamento da imagem da Ordem na sociedade civil.

A Ordem manteve uma presença assídua nos órgãos de comunicação social, tendo crescido exponencialmente a visibilidade da Instituição e da profissão, introduzindo-se maior credibilidade pública. A OTOC foi ainda mais solicitada pelos *media* em 2011, batendo todos os recordes da presença da Ordem na comunicação social.

O Bastonário foi convidado a pronunciar-se com maior assiduidade sobre temas de atualidade relacionados com a Fiscalidade e a Contabilidade.

Pelas características de que se reveste o funcionamento do DCI, não se pode aferir uma leitura através dos números.

Seguem-se as principais tarefas desenvolvidas em 2011, tendo sempre em consideração a prossecução de uma política de comunicação eficiente, dinâmica e apoiada nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias.

ENTREVISTAS DE FUNDO Bastonário – António Domingues de Azevedo	
Televisão RTP-1 (Bom dia Portugal), RTP- Informação, SIC Notícias (Negócios da Semana), TVI (Diário da Manhã), TVI-24, Económico TV (2)	
Jornais Jornal de Notícias (2), Correio da Manhã (2), Diário Económico, Diário de Notícias, Vida Económica, Diário de Notícias da Madeira, Açoriano Oriental, Opinião Pública	
Rádio TSF (4), Antena 1, RR	
Total	18

Entrevistas ao Bastonário

Em 2011, realizaram-se 18 entrevistas de fundo ao Bastonário da OTOC. No total, o Bastonário fez declarações em 125 ocasiões, na comunicação social em geral. Em muitos dos eventos públicos (conferências) foram realizadas entrevistas ao Bastonário e efetuadas parcerias com diversos jornais, em termos de *media partner*.

Presença da OTOC nos órgãos de Comunicação Social Imprensa / Televisão/ Rádio	
Janeiro	134
Fevereiro	180
Março	158
Abril	220
Maió	352
Junho	205
Julho	160
Agosto	110
Setembro	410
Outubro	260
Novembro	91
Dezembro	170
Total	2 450

A OTOC foi mencionada 2 450 vezes em 2011 na comunicação social, atendendo a que nas rádios e televisões as declarações passam mais do que uma vez.

Opinião media
Colaboração Vida Económica/
Jornal De Negócios

Revista TOC
e Contabilidade e Gestão

Livros editados/
apresentados pela OTOC

Os prestigiados eventos organizados pela Ordem e as tomadas de posição várias sobre o funcionamento do sítio das declarações eletrónicas explicam o incremento de referências relativamente ao ano transato.

Artigos publicados	
Bastonário – António Domingues de Azevedo	24
Colaboradores OTOC	140
Total	189

Em 2011 foram publicados 12 números da Revista **TOC** e um da Contabilidade e Gestão. Cumpriu-se com o estipulado. Todos os conteúdos foram produzidos e paginados pelo DCI.

Apresentação de livros - 2011	
Título	Autor
Enquadramento das Operações Financeiras em Imposto sobre o Valor Acrescentado / As entidades públicas e o IVA	Clotilde Celorico Palma
Estudos sobre normalização contabilística em Portugal	Joaquim Fernando da Cunha Guimaraes
SNC e o Regime da Normalização Contabilística para as microentidades	Rui M.P. Almeida Ana Isabel Dias Fábio de Albuquerque Fernando Carvalho Pedro Pinheiro
Só vivemos duas vezes	Ana Cristina Martins
Regime fiscal das depreciações e amortizações	Cristina Pinto André Alpoim Vasconcelos
O encerramento e a prestação de contas em SNC	José Pedro Farinha Domingos Cascais
Relato Fiscal e Financeiro	Paulo Jorge Madeira
Roteiro de Justiça Fiscal	Carlos Valentim
Contabilidade Ambiental	Teresa Eugénio
SNC - Contabilidade Financeira - Sua aplicação	Ana Maria Rodrigues Graça Azevedo
Os Mestres/Professores de Contabilidade em Portugal - Reconhecimento do Mérito - Homenagens	Joaquim Fernando da Cunha Guimaraes
Classe 1 – Meios líquidos financeiros: abordagem contabilística, fiscal e auditoria	Eduardo Sá Silva e Carlos Martins
Manual de prestação de contas nas sociedades comerciais	José Novais, Duarte Araújo e Patrícia Cardoso
Anuário Financeiro do Setor Empresarial do Estado	João Carvalho, Cláudia Cardoso, Maria José Fernandes, Olga Silveira e Pedro Camões
Total	16

Livros editados
Brochura História da Contabilidade
Contabilidade e Gestão 10
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses
Anuário do Setor Empresarial do Estado (duas edições)
Relatório e Contas
Plano de Atividades e Orçamento

Livros editados

Eventos
XXII Seminário Internacional do CILEA – A Contabilidade e o Contabilista nas PME
As Microentidades
Reorganização Administrativa/Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses
A União Europeia e a Política Fiscal
O Impacto da Contabilidade e Fiscalidade na Agricultura
2.º Encontro da Mulher na Profissão e 2.º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade
E depois da <i>troika</i> ?
Portugal: A soma das partes - As economias regionais como fator de desenvolvimento
Prémio Prof. Rogério Fernandes Ferreira
XI Prolatino - Prémio Internacional Professor Lopes de Sá
IV Encontro de História da Contabilidade da OTOC
VI Conferência Internacional GEOTOC - A Tributação das Atividades Económicas em IVA
Apresentação do Anuário do Setor Empresarial do Estado
II Congresso de Direito Fiscal - Almedina / IDEFF/ OTOC
II Fórum Fiscalidade OTOC/ Diário Económico
A Tragédia do IVA - Encontro/debate com empresários da restauração e hotelaria
Jornada de Reflexão - A Contabilidade, a profissão e o ensino
Conferência Internacional OTOC/EFAA - Regulamentação para as Microentidades
Normalização contabilística: presente e futuro
19

Eventos organizados pela Ordem

Telefonemas atendidos:	
• Pedido de reenvio de revistas (10%)	
• Confirmações de presenças em eventos (40%)	
• Propostas comerciais (publicidade, apresentações) (20%)	
• Relacionados com o CD-ROM/SITOC (30%)	
	3 100
<i>Emails</i> respondidos	6 400
Dossiê de Imprensa	12

Diversos

Formação à distância

O DCI coordena, desde a experiência-piloto, as gravações dos cursos de formação à distância. Compete-lhe orientar, no âmbito da comunicação, a prestação dos formadores em todo o processo, bem como harmonizar os formatos disponibilizados aos membros.

Em 2011 foram feitas 37 gravações novas (apoio técnico de comunicação e imagem) e acompanhada a atualização de cinco cursos.

Tempo de antena

O DCI produziu e realizou o tempo de antena da Instituição transmitido em dezembro na RTP1 e RTP Madeira.

Vídeo institucional

O vídeo que resume a história da Instituição foi atualizado uma vez, sendo o novo conteúdo exibido na cerimónia de entrega de certificados aos novos membros, sempre com a supervisão do DCI.

Intervenções no sítio

A página oficial da Ordem na internet continua a ser uma das prioridades no âmbito da estratégia de comunicação entre a Instituição e os membros. A atualização diária de notícias de carácter técnico e legislativo é uma das funções que cabe ao DCI. Como não podia deixar de ser, este departamento procede à inserção das notícias publicadas na imprensa sobre a OTOC ou envolvendo responsáveis do Conselho Diretivo ou colaboradores da Instituição.

Assim, foram inseridas, ao longo do ano, um total de 815 notícias, distribuindo-se pelos seguintes itens:

OTOC nos <i>media</i>	325
Comunicados	95
Opinião	180
Revista de imprensa	215

No total contabilizámos 948 intervenções no sítio.

Novo sítio

O DCI participou na planificação do novo sítio da Ordem, em atividade desde finais de 2011. Foram vários meses de estreita colaboração com o DSI e a empresa de informática Seara. Supervisionámos o processo de migração de conteúdos do sítio antigo e procedemos, em tempo real, à atualização da nova plataforma.

«Pasta TOC»

Menos regulares que no sítio, as inserções na «Pasta TOC » dizem respeito às secções «Newsletter», «Circulares» e «Formação». Registou-se um aumento na secção «Circulares» devido à atualização diária das notícias técnicas.

Inseriram-se 52 edições dos «Recortes OTOC/Imprensa»; inseriram-se 271 «Circulares» informativas aos membros, nomeadamente notícias de natureza contabilística e fiscal. Finalmente, foram ainda inseridos 79 *PowerPoint* relativos a conferências e a ações de formação segmentada, eventual e permanente.

Natureza	2009	2010	2011	Varição 2011/2010	Varição %
Entrevistas/Declarações do Bastonário*	65	83	125	42	50,6%
OTOC nos <i>media</i>	145	1 021	2 450	1 429	140%
Opinião da Ordem nos <i>media</i>	102	110	189	79	71,8%
Revista TOC	12	12	12	0	0%
Revista Contabilidade e Gestão	2	1	2	1	100%
Livros editados	5	5	7	2	40%
Apresentação de livros		14	16	2	14,3%
Reportagens para canal TVTOC	2	10	57	47	470%
Administração do sítio (intervencões)	703	693	948	255	36,8%
Revista de imprensa	260	248	254	6	2,4%
Recortes OTOC	52	52	52	0	0%
Newsletter OTOC (enviada aos membros)	62	80	175	95	118,8%
Correspondência corrente expedida:					
Convites (também eletrónicos)		3 800	4 200	400	10,5%
Cartas	385	210	108	-102	-48,6%
«Pasta TOC»					
Questões respondidas	100	150	348	198	132%
Atendimento telefónico a membros	7 553	9 250	3 100	-6 150	-66,5%
Atendimento presencial a membros	20	20	120	100	500%
Formação à distância	35	27	37	10	37%
Organização de eventos	10	12	25	13	108,3%
Eventos cobertos pelo DCI	18	25	43	18	72%
Paginação de manuais de formação			31	31	100%
Parceria com a TSF	1	2	9	7	350%
«Conselho Fiscal» (emissões)	482	479	484	5	1%
Parceria com o Diário Económico		2	2	0	0%
Intervenções no novo sítio (desde julho)			125	125	100%
Vídeos inseridos no sítio		20	116	96	480%
Informações à imprensa	33	35	41	6	17,1%
Atualização do vídeo institucional	1	1	1	0	

*Consideram-se entrevistas de fundo e declarações às rádios e televisões.



V.IV Departamento de Funcionamento

Funciona sob a orientação das diretoras Filomena Moreira e Rita Cordeiro. É uma espécie de secretaria geral, onde são entregues e analisados os processos de inscrição, emite e regista os recibos enviados aos membros, quer de quotas quer relacionados com a participação nos eventos organizados pela Ordem, regista os créditos da formação equiparada e todas as funções de carácter geral inerentes à Ordem. Em Lisboa, dado não haver representação permanente, assegura o apoio às reuniões livres e a todas as ações de formação e eventos aí realizados pela Ordem. Tem ao seu serviço nove colaboradores.

As funcionalidades desempenhadas apresentam-se no quadro seguinte, evidenciando-se também as dos dois anos anteriores ao do relato, com o objetivo de possibilitar uma melhor comparação.

Departamento de Funcionamento Desempenho em 2011					
Natureza	2009	2010	2011	Varição 2011/10	Varição %
Art.º 10.º Declarações recebidas e registadas	4 401	11 061	5 471	-5 590	-50,5%
ATD Requisições	44	0	0	0	0,0%
Atendimento telefónico					
Recebido (candidatos, estagiários e membros)	40 960	33 780	46 493	12 713	37,6%
Efetuada (candidatos, estagiários e membros)	15 041	13 447	7 540	-5 907	-43,9%
	56 001	47 227	54 033	6 806	14,4%
Brochuras vendidas	448	460	384	-76	-16,5%
Cadastro Alterações	2 975	18 861	18 305	-556	-2,9%
Cartões de acesso à formação Enviados	0	997	1 784	787	78,9%
Cédulas Enviadas no ano (cédulas + segundas vias)	1 410	168	0	-168	-100,0%
Certidões Inscrição, situação contributiva, situação perante a OTOC	122	124	94	-30	-24,2%
Correspondência					
Candidatos e estagiários	5 577	5 718	7 396	1 678	29,3%
Membros	3 966	4 650	3 807	-843	-18,1%
	9 543	10 368	11 203	835	8,1%
Encontro de TOC Inscrições	709	1 043	273	-770	-73,8%
Formação OTOC					
Conferências	7 549	7 149	11 561	4 412	61,7%
Congressos	5 204	0	0	0	0,0%
À distância	16 090	8 951	15 616	6 665	74,5%
Eventual	64 077	47 879	35 056	-12 823	-26,8%
Permanente	3 714	320	505	185	57,8%
Recorrente	419	420	226	-194	-46,2%
Segmentada	10 191	8 367	11 653	3 286	39,3%
RL Noites SNC	58 047	39 760	0	-39 760	-100,0%
Reuniões livres	43 153	38 392	34 017	-4 375	-11,4%
Sessão de esclarecimento	20 681	3 187	16 988	13 801	433,0%
	229 125	154 425	125 622	-28 803	-18,7%
Formação equiparada Inscrições	9 074	9 268	9 844	576	6,2%
Formação - questionários Leitura e resumo para Conselho Diretivo	16 551	6 255	16 172	9 917	158,5%
Logística					
Reservas de alojamentos	292	247	116	-131	-53,0%
Reservas de auditórios	826	1 461	838	-623	-42,6%
Reservas de hospedeiras	494	430	248	-182	-42,3%
Reservas de <i>catering</i>	75 045	46 139	34 887	-11 252	-24,4%
	76 657	48 277	36 089	-12 188	-25,2%
Membros - Reentradas e saídas					
Reinscrições	94	57	31	-26	-45,6%
Inativos	1 478	1 069	1 681	612	57,2%
	1 572	1 126	1 712	586	52,0%
Processos de candidatura a TOC					
Candidaturas					
Recebidos e analisados no ano	1786	1 262	1767	505	40,0%
Analisados do ano anterior	145	148	283	135	91,2%
	1 931	1 410	2 050	640	45,4%
Estágio					
Entradas no ano	175	167	124	-43	-25,7%
Estágios de ano anterior	148	129	101	-28	-21,7%
	323	296	225	-71	-24,0%
Exame					
Entradas no ano	1 762	1 104	1 591	487	44,1%
Aguardar de ano anterior	1 537	2 045	1 706	-339	-16,6%
	3 299	3 149	3 297	148	4,7%
Membros admitidos					
Membros - após estágio e exame	442	280	94	-186	-66,4%
Membros - após exame	229	788	1 135	347	44,0%
	671	1 068	1 229	161	15,1%
Pasta TOC Mensagens entradas e saídas	6 000	4 692	4 862	170	3,6%
Placas identificativas Requisições	46	245	112	-133	-54,3%
Quotas Requisições e lançamentos de alteração de situação	228 861	207 739	217 364	9 625	4,6%
Vinhetas Requisições	255 150	230 335	214 410	-15 925	-6,9%
Total geral	904 913	758 594	724 535	-34 059	-4,5%



V.V Departamento Jurídico

O Departamento Jurídico funciona sob a orientação do vice-presidente do Conselho Diretivo, Armando Marques. Tem como principal função responder às questões de natureza ética e deontológica, bem como dos normativos que regem a profissão, instruir os processos que, nos termos estatutários, devem ser enviados ao Ministério Público e os processos disciplinares, responder a questões dos membros que se integrem na interpretação de aplicação das normas observáveis no exercício da profissão, bem como, de uma forma geral, instruir os processos para entrega nos tribunais e aí, mediante procuração do Bastonário, representar a Ordem.

O Departamento Jurídico tem 29 colaboradores, dos quais 19 juristas, sendo que destes, três funcionam ainda como advogados, Há ainda dez colaboradores administrativos.

A atividade do departamento jurídico compreende:

- Atos próprios da advocacia, como sejam mover ações judiciais e intervir na qualidade de mandatários da Ordem em ações intentadas pelos competentes órgãos;
- A instrução de processos disciplinares e de inquérito, já que, atento o disposto no art.º 41.º, al, a) do EOTOC, o instrutor deve ser licenciado em Direito;
- A assessoria jurídica interna que tem maior incidência junto do Bastonário, Conselho Diretivo e Conselho Disciplinar e traduz-se no aconselhamento e elaboração de pareceres jurídicos, no âmbito das atribuições e funcionamento destes Órgãos, bem como na instrução dos procedimentos tendentes à deliberação de cada um deles;
- Apoio jurídico aos membros que pode ser presencial, nas instalações da Ordem, por telefone, através do *call center* a funcionar em permanência, respondendo também por escrito a questões colocadas pelos membros através daquele meio;
- Esclarecimento pelos meios descritos ao público em geral, sempre que coloquem questões relacionadas com a profissão;

Ainda na dependência do departamento estão os procedimentos administrativos tendentes ao cancelamento ou suspensão voluntária, compulsiva ou oficiosa da inscrição na Ordem, bem como a seleção e envio dos ofícios para pagamento de quotas dos membros que estejam em dívida por um período superior a 180 dias. O desempenho do departamento está refletido no seguinte quadro:

Departamento Jurídico | Desempenho em 2011

Natureza	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Variação %
Processos:					
Averiguações	1 115	981	1 185	204	20,8%
Esclarecimentos	4 660	4 822	4 700	-122	-2,5%
Pareceres	6	5	5	0	0,0%
Recursos	87	34	10	-24	-70,6%
Consulta		0	20	20	100,0%
Cancelamentos compulsivos	3	7	17	10	100,0%
Cancelamentos oficiosos	178	188	192	4	100,0%
Pedidos de cancelamento voluntário	1 055	939	1 335	396	42,2%
Pedidos suspensão voluntária	359	241	425	184	76,3%
Suspensão compulsiva	15	0	0	0	0,0%
Remessa ao Conselho Disciplinar	146	119	151	32	26,9%
Outros			69	69	100,0%
Correspondencia corrente expedida:					
Ofícios	14 615	10 700	27 067	16 367	100,0%
Correspondencia expedida no âmbito da instrução disciplinar	0	14 605	14 226	-379	-2,6%
Correspondencia rececionada no âmbito da instrução disciplinar	0	18 739	16 748	-1991	-10,6%
Pasta TOC					
Questões respondidas	3 689	4 104	3 980	-124	-3,0%
Atendimento telefonico a membros	12 482	15 532	14 558	-974	-6,3%
Atendimento presencial a membros	621	880	686	-194	-22,0%
Atendimento presencial a não membros	3 315	3 514	3 363	-151	-4,3%
Instauração de ações executivas por não pagamento de multas	315	314	211	-103	-32,8%
Instauradas desde 2002	1 308	1 610	1 850	240	14,9%
Concluídas	431	656	861	205	31,3%
Das quais:					
Pagas	345	410	709	299	72,9%
Não pagas	96	246	152	-94	-38,2%
Em curso	877	954	989	35	3,7%
Instrução disciplinar		3 240	2 756	-484	-14,9%
Relatórios para deduzir despacho acusação	999	960	536	-424	-44,2%
Relatório para convolar processos de inquérito em processos disciplinares	178	126	94	-32	-25,4%
Relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	878	795	510	-285	-35,8%
Relatórios com proposta de arquivamento	1 504	1 359	1 589	230	16,9%

Como se pode verificar, em 2011 foram instaurados 7 957 processos, o que significou um acréscimo de 8,2% em relação a de 2010.

Nos processos de averiguações, a grande maioria destina-se a aferir o alegado incumprimento do dever de lealdade, conforme dispõe o art.º 56.º, n.º 2 do EOTOC e art.º 17.º, n.º 2 do Código Deontológico e a existência de motivo justificado para não encerrar o exercício fiscal, nos termos e para os efeitos do artigo 54.º, n.º 2 do EOTOC, bem como as denúncias apresentadas pelos clientes.

Comparativamente ao ano de 2010, podemos sintetizar:

Averiguações	+ 20,8%
Esclarecimentos	- 2,53%
Recursos	- 70,6%
Pedidos de cancelamento voluntário	+ 42,17%
Pedidos de suspensão voluntária	+ 76,35%
Remessa ao Conselho Disciplinar	+ 26,89%

Quanto à correspondência expedida, no âmbito dos processos de averiguações e de esclarecimentos foram expedidos 6 130 ofícios, dos quais 5 038 em carta registada com aviso de receção e foram rececionados 2 790 ofícios. Foram ainda expedidos 20 937 ofícios visando o pagamento das quotas sob pena de remessa ao Conselho Disciplinar.

«**Pasta TOC**» - Em 2011 foram respondidas através da «Pasta TOC» **3 980** mensagens. Tal significou um decréscimo de 3,02% relativamente a 2010. De notar que as mensagens na «Pasta TOC» geram processos de averiguações ou de esclarecimentos, salvo se respeitarem a diligências de processos em curso.

Atendimento

Atendimento telefónico a membros	14 558
Atendimento presencial a membros	686
Atendimento telefónico e presencial a não membros	3 363

Tal significa que se verificou um decréscimo de 6,27% de chamadas telefónicas de membros.

O atendimento presencial a membros registou um decréscimo 22,05%.

No cômputo global, o atendimento telefónico e presencial a membros totalizou 15 244, o que se traduziu num decréscimo de 7,12%.

O atendimento telefónico e presencial a não membros também registou um decréscimo de 4,30%.

Contencioso - Como se sabe, o Conselho Disciplinar aplica as penas disciplinares que podem ir desde a pena de advertência, à multa, à suspensão da inscrição até três anos ou mesmo à expulsão da Ordem, competindo ao Conselho Diretivo a sua execução.

No caso da pena de multa não ser paga voluntariamente, no prazo de 30 dias, após a notificação do acórdão, o processo é encaminhado para cobrança coerciva nos tribunais. E é nesta fase que intervém os mandatários da Ordem com a instauração de ações executivas.

No cômputo global, desde 2002, foram já instauradas 1 850 ações executivas com vista à cobrança coerciva de penas de multa. Destas, 861 estão concluídas, tendo sido possível obter o pagamento da pena de multa em 709 ações executivas. Estão em cobrança coerciva 989 ações executivas.

Instrução disciplinar - Nove juristas do departamento instruem exclusivamente processos disciplinares e processos de inquérito. Um dos juristas tem como função assessorar o Conselho Disciplinar.

Deste modo, para dimensionar a produção dos juristas no âmbito do departamento, haverá que facultar os elementos relativos à sua produção no ano de 2011, dados que foram obtidos da análise estatística do Conselho Disciplinar:

Relatórios para deduzir despacho de acusação	536
Relatórios de convoção de processos de inquérito em processos disciplinares	179
Relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	510
Relatórios com proposta de arquivamento	1 589

Expedida	14 226
Rececionada	16 748

Correspondência no âmbito da instrução



V.VI Departamento de Sistemas de Informação

O Departamento de Sistemas de Informação (DSI) funciona sob a orientação do diretor Jaime dos Santos e tem como missão gerir todo o processo informático da Ordem, desde a sua conceção ao desenvolvimento, incluindo as ações necessárias à sua manutenção. Integra oito técnicos e, em 2011, consolidou-se a formação e integração na orgânica e procedimentos da OTOC, dos três técnicos contratados no final de 2010.

Em 2011 destacaram-se os seguintes projetos de maior relevância:

- A aplicação interna de gestão de informação dos membros foi melhorada, tendo sido realizados trabalhos de desenvolvimento e otimização ao nível de programação, nomeadamente nas áreas de:
 - Controlo de qualidade (artigos 8.º e 10.º);
 - Controlo de qualidade - sorteio;
 - Sociedades profissionais;
 - Gestão dos formadores através de uma aplicação de gestão da bolsa de formadores;
 - Automatização de processos de lançamento de créditos das formações;
 - Gestão das formações, incluindo mapas de controlo de inscrições;
 - Plano de pensões: Nesta área foram criados automatismos que permitiram os serviços da OTOC processar e gerir a informação, quer na construção de ficheiros quer no lançamento das quotas;
- Foi feita a comunicação com a DGITA de 3 213 alterações de situação perante a Ordem;
- Foram geradas referências trimestrais de quotas para pagamento no multibanco:
 - Primeiro trimestre:
 - Foram geradas 142 941 para 70 167 membros;
 - Foi feito o envio das referências por *email* para 59 237 membros;
 - Foi gerado um ficheiro para envio das referências por carta para 11 414 membros;
 - Segundo trimestre:
 - Foram geradas 144 122 para 66 185 membros;
 - Foi feito o envio das referências por *email* para 55 196 membros;
 - Foi gerado um ficheiro para envio das referências por carta para 15 744 membros;

Terceiro trimestre

Foram geradas 138 916 para 65 067 membros;

Foi feito o envio das referências por *email* para 55 187 membros;

Foi gerado um ficheiro para envio das referências por carta para 9 997 membros;

Quarto trimestre

Foram geradas 134 872 para 63 483 membros;

Foi feito o envio das referências por *email* para 53 747 membros;

Foi gerado um ficheiro para envio das referências por carta para 13 632 membros;

Trimestre	Referências geradas	N.º de membros (com referências)	N.º de membros (envio por e-mail)	N.º de membros (envio por carta)
1.º trimestre 2011	142 941	70 167	59 237	11 414
2.º trimestre 2011	144 122	66 185	55 196	15 744
3.º trimestre 2011	138 916	65 067	55 187	9 997
4.º trimestre 2011	134 872	63 483	53 474	13 632

- Foi disponibilizado no sítio:
 - A possibilidade de consultar as referências multibanco geradas no sítio enquanto as mesmas estão válidas para pagamento;
 - A possibilidade dos membros indicarem o NIB no momento da inscrição nas formações para efeitos de reembolso, caso a formação não se concretize;
 - Foram disponibilizados os resultados dos exames de acesso à OTOC no sítio;
 - Foram disponibilizados os resultados dos exames de avaliação profissional, realizados a 26 de fevereiro, 18 de junho e 15 de outubro de 2011, num total de 2 968 resultados publicados;

Data de exame	N.º de resultados publicados
26-02-2011	888
18-06-2011	923
15-10-2011	1 157
Total	2 968

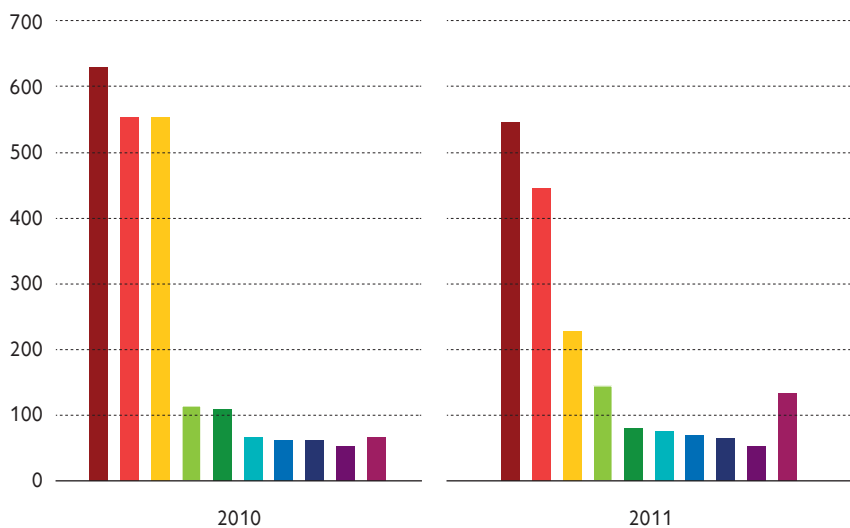
- Levantamento de soluções:
 - *Upgrade* do sistema de voz;
 - Gestão documental;
 - Integração sede/representações;
 - Soluções para virtualização;

-
- Adjudicação, acompanhamento dos trabalhos de instalação e gestão da plataforma de contratação pública;
 - Renegociação de contratos para redução de custos;
 - Otimização do *script* do sistema de atendimento telefónico;
 - Inventário de:
 - Equipamento obsoleto para abate;
 - Equipamento de telecomunicações;
 - Equipamento informático e de apoio às credenciações nas formações;
 - Intranet – criação, implementação e desenvolvimento;
 - Na área de redes e administração de sistemas:
 - Aumento da largura de banda ADSL;
 - Reorganização de parte do *datacenter*;
 - Substituição da fonte de alimentação ininterrupta;
 - Instalação do servidor de *e-learning* e gestão do mesmo;
 - Migração de servidores para ambiente virtual;
 - Instalação de *software* antivírus nos servidores e todas as *workstations*;
 - Substituição da *firewall* PIX por tecnologia ASA Cisco;
 - Criação de alguns procedimentos;
 - Criação de novos servidores para suprimir lacunas;
 - Alteração e melhoramento na política de *backups*;
 - Alteração e melhoramento de políticas de segurança de sistemas;
 - Otimização de servidores e serviços inerentes a eles;
 - Instalação de aplicações novas como o FLIP para toda a sede;
 - Desativação de servidores;
 - Compressão de ficheiros em rede para otimização de espaço em disco;
 - Instalação e configuração da nova *storage* para futura utilização;
 - Aquisição de *software* de apoio ao *helpdesk* para suporte remoto;
 - Implementação de serviço interno para monitorização de utilização de internet;
 - Reestruturação da cablagem de rede do *datacenter*; Análises e desenvolvimentos realizados ao longo desse ano permitiram a passagem de conhecimentos aos serviços/departamentos da OTOC, o que os tornou mais autónomos em algumas tarefas, essencialmente administrativas;

Esta situação, em conjunto com os trabalhos de otimização da base de dados de membros, permitiu a libertação de recursos no DSI para tarefas para as quais os técnicos estão mais vocacionados. Assim, apresentamos os elementos de funcionalidade deste departamento e comparamos com valores apresentados no ano anterior:

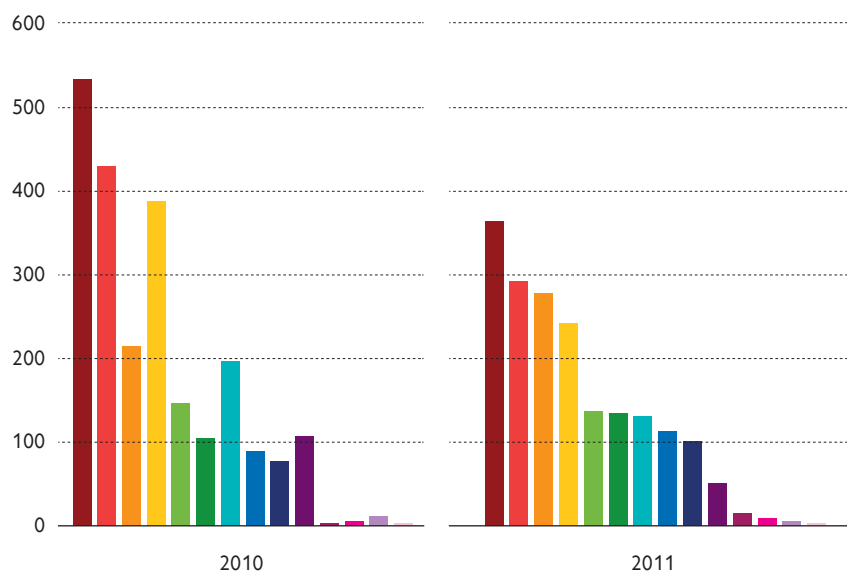
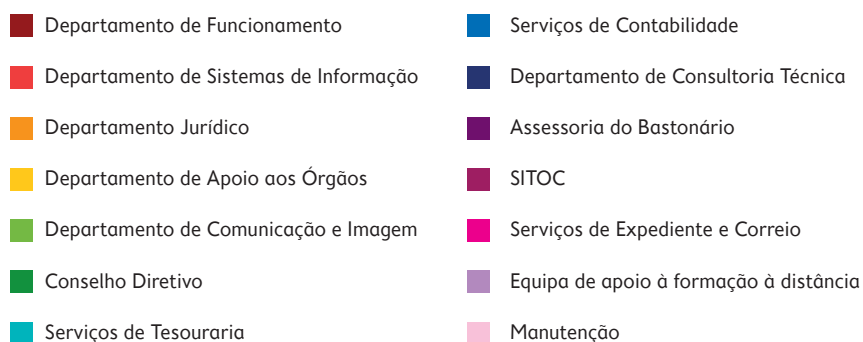
Pedidos internos - helpdesk	2010	2011	% Evolução
Divididos por:			
Programação ORACLE	649	563	-13%
Suporte técnico	572	460	-20%
Suporte administrativo	571	234	-59%
Informações/Análises/Esclarecimentos técnicos	116	148	28%
Bases de dados	112	84	-25%
Telefones (equipamento e aplicações)	68	76	12%
«Pasta TOC»	62	72	16%
Sítio	63	66	5%
Acessos	54	54	0%
Outros	68	136	100%
Total de pedidos	2 335	1 893	-19%

Helpdesk (por tipo de pedido)



Solicitados por:	2010	2011	% Evolução
Departamento de Funcionamento	539	368	-32%
Departamento de Sistemas de Informação	435	296	-32%
Departamento Jurídico	216	280	30%
Departamento de Apoio aos Órgãos	391	245	-37%
Departamento de Comunicação e Imagem	148	138	-7%
Conselho Diretivo	107	135	26%
Serviços de Tesouraria	198	132	-33%
Serviços de Contabilidade	91	116	27%
Departamento de Consultoria Técnica	78	102	31%
Assessoria do Bastonário	110	52	-53%
SITOC	4	15	275%
Serviços de Expediente e Correio	6	8	33%
Equipa de Apoio à Formação à Distância	12	6	-50%
Manutenção	3	3	0%

Helpdesk (por departamento/serviço)



Atendimento	2010	2011	% Evolução
Telefónico	4 044	3 203	-21%
Email	234	448	91%
Presencial	276	7	-97%
«Pasta TOC»	353	449	27%

Em 2010 foi implementado um novo sistema de *newsletter*, passando o seu envio a ser efetuado, em 2011, pelo Departamento de Comunicação e Imagem (DCI) e ficando no DSI apenas a emissão de *emailings* com as referências trimestrais.

Emailings	2010	2011	% Evolução
Newsletters enviadas	16	12	-25%

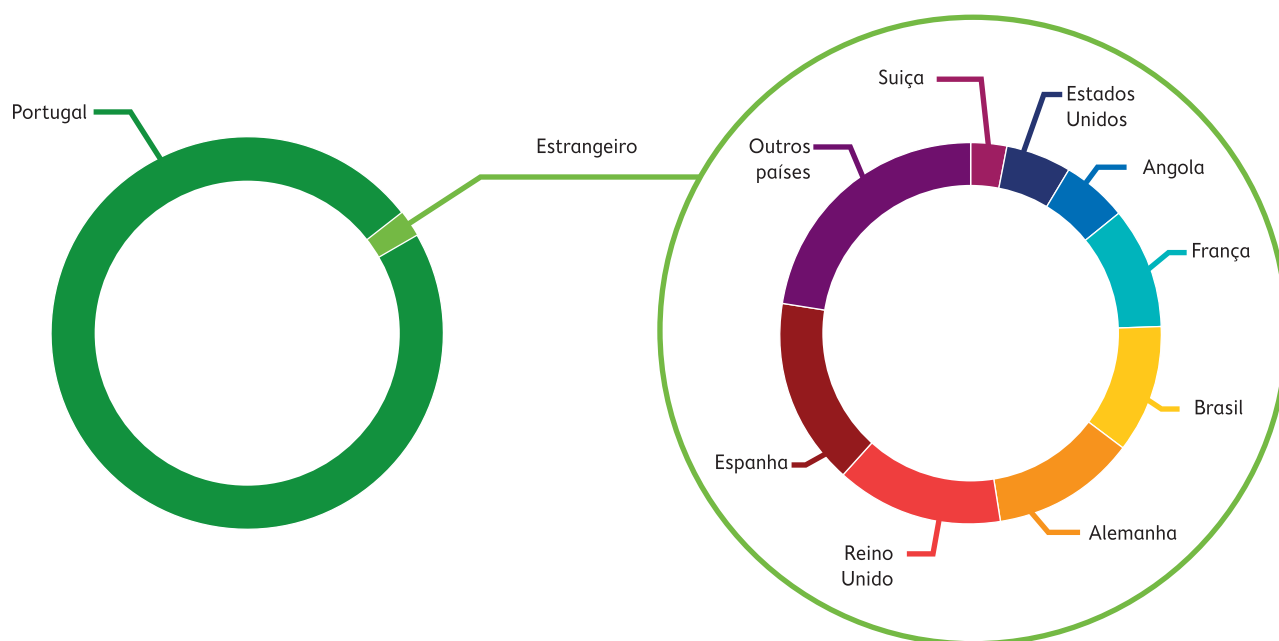
Continuaram os trabalhos preparatórios para a implementação do novo Site, solicitou-se várias alterações/melhoramentos ao Site e PASTA TOC e fez-se o devido acompanhamento, quer dessas alterações, quer da utilização/disponibilização dos serviços.

Sítio e PASTA TOC	2010	2011	% Evolução
Acessos com autenticação de membros registados	1 529 375	1 635 328	7%
Atualizações de empresas	449 815	446 795	-1%
Atualizações de dados (sítio + «Pasta TOC»)	58 087	55 906	-4%
Mensagens colocadas no fórum	63 280	53 491	-15%
Declarações de Pontuação submetidos	16 711	27 516	65%
Questões colocadas «Pasta TOC»	23 759	25 182	6%
Inscrições «Empresa na Hora»	593	657	11%
Pedidos de complemento de reforma submetidos	319	523	64%
Inscrições «Empresa na Hora Estrangeiro»	311	259	-17%

O sítio da Ordem teve no decurso do ano 2 439 940 visitas, foram vistas 18 925 099 páginas (7,76 páginas por cada visita em média). Os visitantes distribuíram-se geograficamente (por ordem decrescente), designadamente: Portugal (2 386 100), Espanha (8 545), Reino Unido (7 561), Alemanha (6 543), Brasil (5 884), França (5 522), Angola (3 056), Estados Unidos (2 941), Suíça (1 577), etc, perfazendo um total de 133 países.

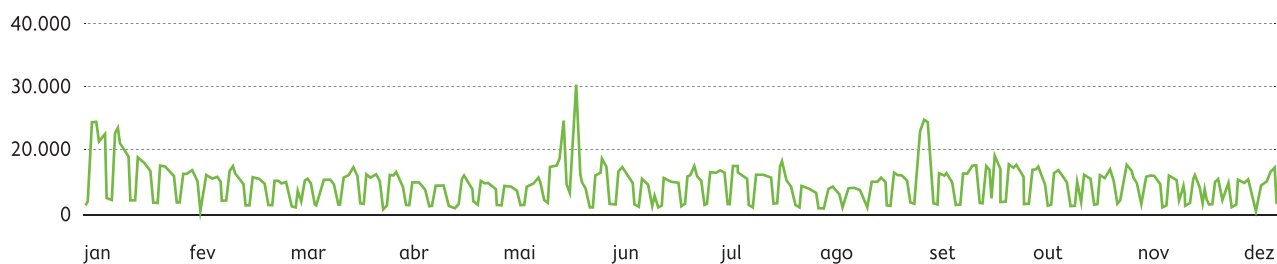
As novas tecnologias de acesso móvel à internet através de telemóvel, permitiram que 10 542 dessas visitas fossem efetuadas sem acesso a um computador. Nestas, a média de páginas vistas por cada visita é de 4,04.

VISITAS AO SÍTIO (distribuição geográfica)



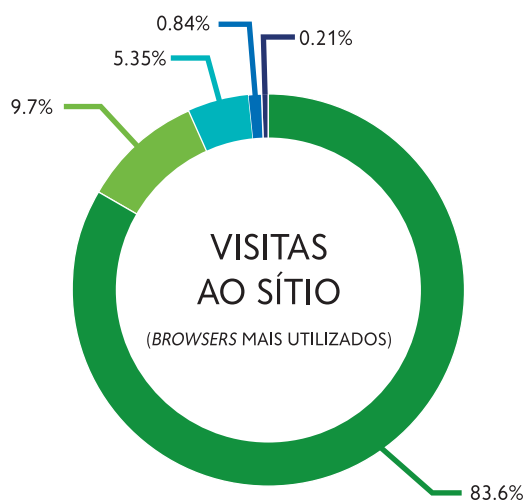
O gráfico abaixo mostra o volume de tráfego ao longo do ano.

VISITAS AO SÍTIO (volume de tráfego)



No gráfico seguinte vemos o número de visitas efetuadas através dos 10 *browsers* mais utilizados.

Internet Explorer	2 039 541	83,59%
Firefox	236 638	9,70%
Chrome	130 534	5,35%
Safari	20 389	0,84%
Opera	5 088	0,21%
IE with Chrome Frame	2 951	0,12%
Mozilla Compatible Agent	2 441	0,10%
Android Browser	1 423	0,06%
Opera Mini	220	0,01%
Mozilla	135	0,01%
Total	2 439 360	100%



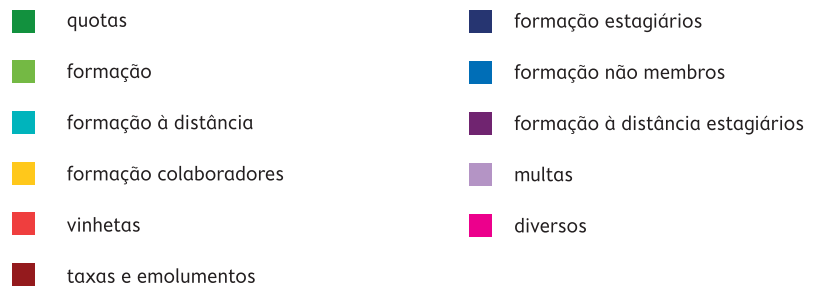
Internet Explorer Firefox Chrome Safari Opera

Diariamente, o DSI processa os pagamentos automáticos das várias fontes e de várias naturezas, conforme indicado nos quadros abaixo:

Pagamentos por visa	2010	2011
Divididos por:		
Quotas	9 246	9 429
Formação	9 848	7 698
Formação à distância	1 746	2 477
Formação colaboradores	866	644
Vinhetas	691	560
Taxas e emolumentos	62	52
Diversos	90	15
Total	22 549	20 875

Pagamentos por multibanco	2010	2011
Divididos por:		
Formação	52 306	49 411
Quotas	27 749	35 303
Formação à distância	6 573	11 517
Vinhetas	4 002	3 946
Formação colaboradores	2 786	2 674
Taxas e emolumentos	278	262
Formação estagiários	349	172
Diversos	263	133
Formação não membros	53	109
Formação à distância estagiários	48	24
Multas	8	3
Total	94 415	103 554

PAGAMENTOS AUTOMÁTICOS



Pagamentos (cont.)	2010	2011
Quotas por transferência bancária	13 546	18 398
Quotas em conjunto com entregas para FP	2 285	2 291
Quotas por CTT	4 572	1 538
Novas adesões ao plano de pensões	87	67
Rececionados através:		
Sítio	83	60
Sede	4	7

Na formação à distância houve alterações procedimentais: a gestão dos cursos anteriormente efetuada em regime de *outsourcing* passou, nos aspetos informáticos a ser competência do DSI.

<i>E-learning</i>	2010	2011	% Evolução
Inscrições em FD	8 951	15 637	75%
Gestão de cursos	6	24	300%
Reedições	3	8	167%
Apoio a cursos	24	0	-100%

Da gestão da solução de voz da Ordem, podemos salientar os seguintes índices:

Atendimento automático e <i>call center</i>	2010	2011	% Evolução
Total de chamadas (CC + fornecedores + entradas e saídas)	766 953	809 778	5,5%
Pedidos de suporte interno	68	76	12%
Intervenções externas	21	6	-71%
Chamadas atendidas através de <i>call center</i>	259 892	254 000	-2%



V.VII Serviço de Contabilidade

O Serviço de Contabilidade tem como missão executar todas as operações contabilísticas relacionadas com a contabilidade da Ordem, bem como proceder ao processamento mensal dos salários.

Está sob a responsabilidade funcional do diretor Manuel Vieira e tem ao seu serviço três colaboradores. Em 2011 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Serviços de Contabilidade Desempenho em 2011					
Natureza	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Variação %
Documentos contabilizados:					
Caixa	200	187	186	-1	-0,53%
Cobranças através dos bancos	6 299	5 943	6 561	618	10,40%
Pagamentos via bancos	7 436	8 162	8 757	595	7,29%
Faturas/documentos equivalentes	6 452	6 135	6 194	59	0,96%
Operações diversas	7 885	7 007	7 801	794	11,33%
Total	28 272	27 434	29 499		

"2009" - Ano da integração dos documentos no sistema Primavera módulo Tesouraria / módulo Contabilidade

De salientar o crescimento do volume de documentos a processar que passou de 27 434 em 2010 para 29 499 em 2011, ou seja, um acréscimo de 2 065 documentos. Procedeu-se também aos ajustamentos necessários na contabilidade de modo a adaptá-la às exigências do ESNL, Dec.-Lei 36-A/2011, de 9 de março.



Este serviço funciona sob a responsabilidade funcional do diretor Jaime dos Santos, tem como missão rececionar e registar toda a correspondência recebida por via postal pela Ordem, bem como proceder à distribuição das questões colocadas na pasta TOC. Será objeto de breve reestruturação, passando a concentrar e digitalizar, com exceção das dirigidas ao Bastonário, todas as comunicações, independentemente da sua forma, origem ou destino e proceder ao seu registo numa base eletrónica única que será depois distribuída pelos respetivos departamentos, serviços ou responsáveis. Tem ao seu serviço três colaboradores e, em 2011, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

V.VIII Serviço de Receção e Expedição de Correio

Serviço de receção e expedição de correio Desempenho em 2011					
Natureza	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Variação %
Correspondência:					
Recebida	43 807	41 713	43 193	1 480	3,55%
Registos de cartas	23 574	20 358	22 270	1 912	9,39%
Correio devolvido	13 610	12 969	16 244	3 275	25,25%
Vales postais recebidos	260	246	269	23	9,35%
Cheques recebidos	8 300	5 809	4 561	-1 248	-21,48%
Emails recebidos e encaminhados «Pasta TOC»					
	4 494	3 848	3 664	-184	-4,78%
Entradas «Pasta TOC»	15 845	17 587	18 265	678	3,86%

Nestes serviços, de salientar o acréscimo do tráfego de correspondência, sendo que o volume de cartas devolvidas se apresenta significativo, fruto de falta de atualização dos domicílios por parte dos membros, contrariando, assim, o disposto no EOTOC.



V.IX Serviço de Tesouraria

Este serviço funciona sob a responsabilidade funcional do diretor Manuel Vieira e tem como função fazer a gestão dos meios líquidos financeiros da Ordem. Procede ao pagamento das despesas e arrecada as receitas. Tem ao seu serviço cinco colaboradores e, no decurso de 2011, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Tesouraria Desempenho em 2011					
Natureza	2009	2010	2011	Varição 2011/2010	Varição %
Cobrança de quotas/ inscrições formação:					
Via sítio OTOC sistema <i>online</i> /Unicre MB net	120 349	237 184	241 012	3 828	1,6%
Via CTT		4 614	1 550	-3 064	-66,4%
Receção cheques/vales postais	10 833	5 208	6 229	1 021	19,6%
Cobranças via entidade bancária	6 299	5 943	6 560	617	10,4%
Via multibanco	276 734	108 838	264 902	156 064	143,4%
Débitos diretos	708	885	1 564	679	76,7%
Pagamentos:					
Cheques emitidos	3 558	3 198	2 234	-964	-30,1%
Transferências bancárias	2 404	3 040	6 433	3 393	111,6%
Débitos bancários	0	0	90	90	100,0%
Correspondência expedida	271	271	80	-191	-70,5%
Faturas/recibos profissões liberais rececionados	5 275	6 135	6 194	59	1,0%
<i>Emails</i> recebidos	1 322	1 464	1 890	426	29,1%
Questões respondidas via «Pasta TOC»	678	648	522	-126	-19,4%
Telefonemas recebidos	8 626	10 669	21 033	10 364	97,1%

No que concerne aos Serviços de Tesouraria, verifica-se um aumento significativo nas modalidades de cobrança de quotas e ações de formação, sendo que as preferências foram via sítio e MB.

Também se pode constatar a alteração significativa de pagamentos a terceiros em que a OTOC privilegiou o sistema de transferências bancárias. Quanto ao tráfego de chamadas verifica-se um crescimento em 2011 de 10 364, comparativamente com 2010.

A execução das inúmeras tarefas que materializam a função da Ordem, são garantidas por 26 dirigentes e 115 colaboradores.

Para além do quadro descrito, sem prejuízo do recurso em casos pontuais à prestação de serviços de especialistas para as mais diversas áreas, a Ordem conta ainda com a prestação regular de apoio técnico de 14 técnicos externos para a elaboração de pareceres a questões colocadas pelos membros, bem como dois consultores permanentes para a área da informática e dois para a atualização permanente da base de dados do SITOC.

Os gastos de funcionamento dos diversos departamentos e serviços apresenta a seguinte estrutura:

Departamento	Gastos	% s/ total
Assessores do Bastonário	143 617 €	4,78%
Apoio aos Órgãos	323 439 €	10,77%
Dep. Jurídico	730 212 €	24,31%
Dep. Consultoria	504 305 €	16,79%
Dep. Sistemas de Informação	250,755 €	8,35%
Serviços de Receção e Expedição do Correio	63 229 €	2,11%
Dep. Funcionamento	241 059 €	8,03%
Dep. Contabilidade	89 266 €	2,97%
Dep. Tesouraria	112 705 €	3,75%
Dep. Comunicação e Imagem	226 029 €	7,53%
Secretariado Assessores do Bastonário	14 911 €	0,50%
Representações permanentes	303 708 €	10,11%
Total	3 003 235 €	100%

VI

Comissões

Em função da especificidade dos temas a tratar, as comissões existentes na Ordem podem ter uma característica de permanência, sendo denominadas por comissões permanentes ou de duração limitada no tempo, sendo então denominadas por comissões eventuais.

No que respeita às comissões permanentes, a Ordem, em 2011, teve em funcionamento as seguintes comissões: História da Contabilidade, Júri de Exame de Admissão à Ordem, Controle da Qualidade, Acompanhamento de Estágios e Implementação da Contabilidade Pública.

Em 2011, existiram as seguintes comissões eventuais: acompanhamento e verificação da formação equiparada, ministrada por entidades reconhecidas pela Ordem, bem como a comissão de verificação junto das instituições do ensino superior que ministram cursos que dão acesso à profissão da verificação das condições de dispensa de estágio dos candidatos à inscrição na Ordem.

Todas as comissões desempenham a sua missão sob as orientações do Bastonário, executam as funções que foram definidas na sua criação e, no decurso de 2011, apresentaram a seguinte atividade:

VI.I Comissão Permanente da História da Contabilidade

Esta comissão tem como objetivo, em concertação com o Bastonário, dinamizar, tratar e executar todas as ações relacionadas com a história da Contabilidade. É presidida por Lúcia Lima Rodrigues, sendo ainda seus elementos Maria Leonor Fernandes Ferreira da Silva e Joaquim Fernando da Cunha Guimarães. No ano passado teve a seguinte atividade:

- Concebeu e organizou o IV Encontro de História da Contabilidade, realizado em Lisboa, a 4 de novembro que contou com a presença do Professor Esteban Hernández Esteve;
- Participou na II Conferência Internacional *Before and After Luca Pacioli* que teve lugar a 17,18 e 19 de junho em Itália (Sansepolcro, Perugia e Florência).

VI.II Júri de Exame

O júri de exame é presidido por Pedro Roque. Integram ainda aquele júri: Maria Leonor Fernandes Ferreira da Silva, Alberto Pinheiro Pinto, Domingos Cravo, Avelino Antão, Ezequiel Fernandes.

Tem como missão conceber, preparar, organizar e realizar em todo o território nacional os exames de admissão à Ordem. Desenvolveu a seguinte atividade:

Exames para admissão à OTOC			
Data	N.º candidatos	Taxa de aprovação	Localidades
26-02-2011	831	20,70%	Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Santarém, Setúbal Vila Real e Viseu
18-06-2011	873	50,06%	
15-10-2011	1 108	53,70%	

Do ponto de vista organizacional e logístico, os exames decorreram com toda a normalidade.

Em 2011 manteve-se esforço relativo ao número de localidades em que o exame se realizou, que ascendeu a 15, o que representa uma mobilização logística assinalável.

No que respeita à composição do Júri de Exame, não se verificou qualquer alteração em 2011.

O controle da qualidade que a Ordem tem em vigor, pela sua estrutura, pelo seus objetivos e pelos efeitos que terá num futuro próximo na profissão, tem merecido uma atenção muito especial da Ordem.

Os elementos que constituem a comissão coordenadora do Controle da Qualidade, que é acompanhada pelo diretor Jaime dos Santos, são António Lopes Pereira que preside, Pedro Caeiro, Carlos Grenha e José Veiga Pereira que pela longa experiência, não só profissional, mas também na própria Instituição, constituem o garante da continuidade dos esforços no sentido da implementação de uma melhor qualidade na profissão.

Tendo sempre estes objetivos presentes, apresentam-se alguns elementos de funcionalidade:

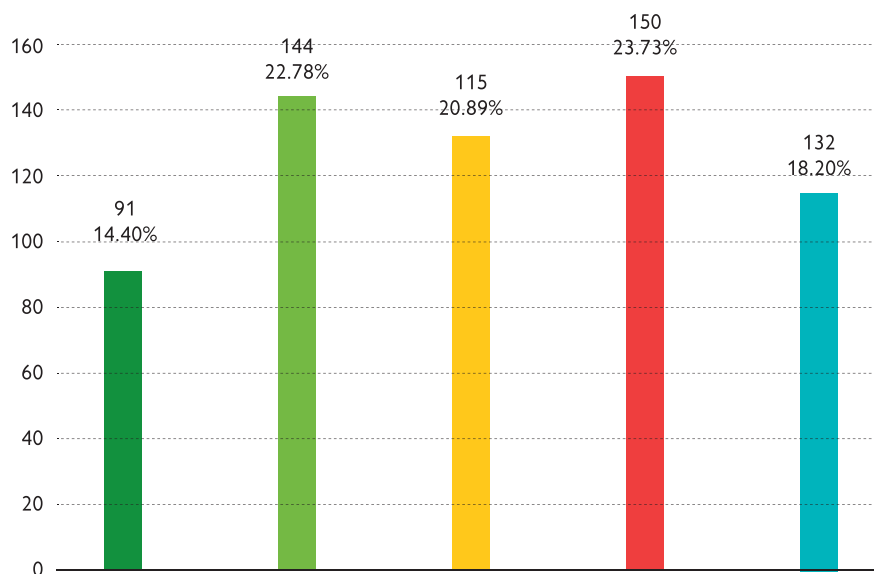
- Dar seguimento aos controlos de qualidade em curso, bem como àqueles que foram acionados por despacho específico do Conselho Diretivo.

Deste modo, na sua atividade corrente, a CCQ, no ano de 2011, apreciou e elaborou propostas de despacho para 632 processos de CQ, cujos resultados se podem sintetizar no quadro seguinte:

VI.III Comissão de Controle da Qualidade

Processos analisados
com despacho definitivo

PROCESSOS ANALISADOS COM DESPACHO DEFINITIVO



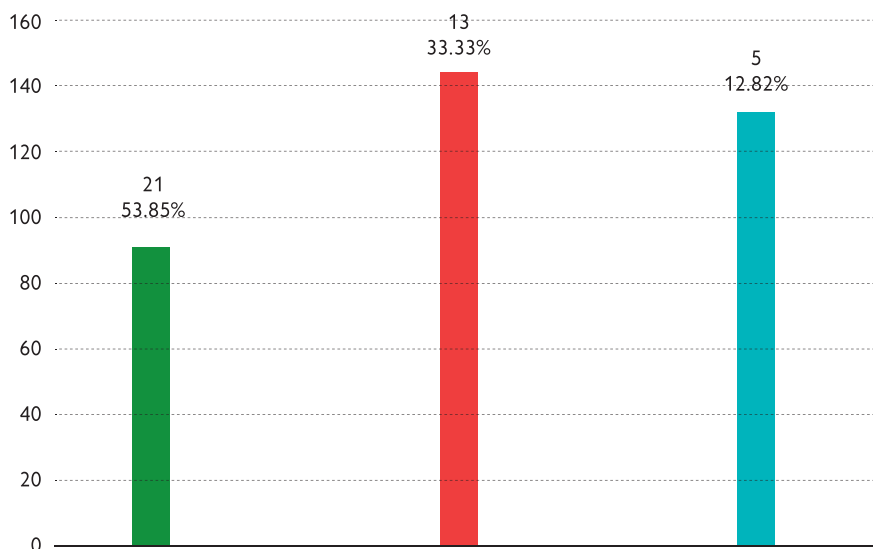
Em resultado dos CQ, o Conselho Diretivo remeteu para eventual procedimento disciplinar 18 processos.

- Efetuar os CQ abertos em consequência dos pedidos de derrogação dos limites da atividade nos termos do n.º 5 do art.º 8.º do EOTOC.

Foram abertos, no ano em apreço, 39 processos para efeitos da derrogação dos limites de pontuação cujos resultados foram os seguintes:

DERROGAÇÕES

- Aprovados
- Reprovados
- Em apreciação



- Considerando absolutamente estratégica e fundamental a atitude das equipas de controlo de qualidade (ECQ), dar-lhes uma atenção especial.

Neste sentido, os membros da CCQ, realizaram uma reunião com as ECQ que lhes estão atribuídas, com o objetivo de uniformizar critérios de avaliação e procedimentos de abordagem aos colegas a controlar.

A CCQ manteve um contacto muito próximo com as equipas de CQ, por forma a resolver atempadamente os problemas que surgiram durante a preparação e efetivação dos CQ que lhes foram atribuídos.

A CCQ realizou, em 2011, 19 reuniões plenárias, para além das sessões de trabalho dos seus membros para análise dos processos de CQ.

- Guia do CQ, Face à necessidade de adaptar o guia do CQ às novas exigências decorrentes da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a CCQ elaborou um novo documento que consubstancia estas alterações.

VI.IV Comissão de Acompanhamento de Estágios

- Em cumprimento do art.º 12.º do Regulamento do Controlo de Qualidade (RCQ) realizou-se o terceiro sorteio público na sede da OTOC, em 29 de dezembro de 2011.

Pretende-se que os estágios profissionais sejam uma oportunidade para todos aqueles que queiram ingressar na profissão tomem contacto com a realidade funcional da profissão e a forma de a executar. Atendendo à sua importância e à novidade que representava, entendeu-se necessário que a Ordem chegasse até aos locais onde se realizam os estágios e, de uma forma pedagógica, incentivasse a boa prática dos mesmos, isto é, transmitir aos jovens profissionais os valores e as dificuldades que envolvem o exercício da profissão. Com esse objetivo, criaram-se equipas ao nível distrital, que têm como missão o cumprimento do descrito. Estas equipas trabalham em colaboração estreita com a diretora Rita Cordeiro, responsável pela análise e orientação dos processos de inscrição, suspensão ou cancelamento junto do Conselho Diretivo. Em 2011, esta comissão realizou visitas aos locais de acompanhamento de estágios, apresentando os correspondentes relatórios:

Distrito	Total
Açores	12
Aveiro	8
Braga	12
Bragança	5
Castelo Branco	1
Coimbra	13
Évora	2
Faro	9
Guarda	1
Madeira	8
Leiria	6
Lisboa	37
Portalegre	1
Porto	31
Santarém	11
Setúbal	7
Viana do Castelo	1
Vila Real	2
Viseu	6
Total geral	173

A crise económica que atualmente assola a economia portuguesa, embora tendo na sua origem concepções de vida estruturadas para além das possibilidades normais de Portugal, encontra também uma parte muito significativa da sua existência no falhanço que indubitavelmente existiu no controlo da despesa pública.

Tal facto demonstrou à sociedade a deficiência dos sistemas de controlo e alerta da evolução da execução e orçamental na gestão da causa pública.

A Ordem tem vindo a sensibilizar as entidades competentes das vantagens inerentes à implementação da contabilidade digráfica na organização da Administração Pública, direta e indireta do Estado, na medida em que, com a implementação daquela contabilidade em todos os serviços, se conseguirá uma maior harmonização informativa entre os diversos serviços daquela administração, uma maior transparência na vida pública nacional e uma maior perceptibilidade da forma como os impostos pagos pelos cidadãos revertem para o seu interesse, através da intervenção na gestão do interesse social.

A crise financeira que Portugal atravessa veio demonstrar inequivocamente a necessidade e a importância de uma maior e mais eficiente organização do registo das contas públicas o que, em nosso entender, só será possível com a implementação de uma contabilidade pública concebida e sustentada em normas idênticas ou muito próximas do SNC.

Consciente daquela necessidade, a Ordem, através do Colégio da Especialidade da Contabilidade Pública, irá ultimar um estudo que entregará ao Governo onde apresenta a sua visão daquele fato, demonstrando-se a mais-valia que representará a integração dos técnicos oficiais de contas na elaboração das contas do Governo, aportando-lhe uma maior transparência, perceptibilidade e, acima de tudo, maior compreensão para os cidadãos da forma como o seu dinheiro está a ser gerido.

Conforme já se referiu, para além das comissões permanentes, em 2011 estiveram em funcionamento as seguintes comissões eventuais:

VI.V Comissão de Implementação da Contabilidade Pública

O objetivo da Comissão consistia em proceder à «verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos protocolos para dispensa de estágio, no que respeita à inscrição na Ordem, junto das entidades protocoladas, elaborando a correspondente proposta para enviar ao Conselho Diretivo.»

Em 7 de fevereiro de 2011, a CEAVRPDE reuniu na sede da OTOC, para ultimar o relatório da atividade desenvolvida e programar a conclusão dos trabalhos que constituíram o seu objeto, ficando agendada uma visita à Universidade da Madeira, para o dia 18 de fevereiro de 2011. Perspetivou-se também uma segunda visita ao Instituto Politécnico Autónomo, para o início do segundo semestre letivo. Posteriormente, em 20 de julho, a CEAVRPDE, apreciou os relatórios de visita às seguintes escolas:

VI.VI Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio

-
- Universidade da Madeira (PSE);
 - Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos (PSE e EC);
 - Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar (PSE);
 - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra (PSE);

Deu por concluída a tarefa para que foi designada, disponibilizando-se perante o Conselho Diretivo para eventuais diligências que viessem a ser tidas por convenientes.

VI.VII Comissão de Fiscalização de Formação Equiparada

A Comissão Eventual de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada, constituída por deliberação do Conselho Diretivo da OTOC, continuou no ano de 2011 a desenvolver a sua atividade de acompanhamento e verificação, junto das entidades inscritas na OTOC, das ações de formação equiparadas e previamente aprovadas pela Ordem, realizadas por aquelas entidades, quanto ao cumprimento dos objetivos que prevaleceram à sua aprovação.

Os membros da Comissão efetuaram reuniões, nos dias 2 de fevereiro, 12 de abril e 27 de setembro de 2011, cujos assuntos tratados constam das respetivas atas, tendo ainda executado trabalhos de preparação cuja análise e discussão foi efetuado entre os membros através de *email*.

A metodologia de trabalho adotada seguiu a que já havia sido definida anteriormente, tendo os membros da Comissão dado especial atenção aos aspetos:

- Técnicos e pedagógicos das ações de formação, designadamente quanto aos temas, ao *curriculum* dos formadores e à forma como decorriam as ações, no caso dos cursos que estavam em pleno desenvolvimento.
- Condições materiais utilizadas na realização das ações, e o cumprimento das formalidades previstas no regulamento e no projeto de curso reconhecido pela OTOC.

Para que das visitas resultasse o melhor êxito na prossecução dos seus objetivos, aquelas foram efetuadas por dois elementos desta Comissão, mantendo-se a definição de dois grupos, aos quais foram atribuídos os seguintes distritos, onde se situa a sede das entidades a visitar ou local onde se realizam os cursos, como se indica:

- 1.º grupo (Amadeu Figueiredo e Cristina Gonçalves): Lisboa, Faro, Castelo Branco, Beja e Portalegre;
- 2.º grupo (Lopes Pereira até outubro de 2011 e Teresa Santos a partir de novembro de 2011 e Rui de Sousa): Leiria, Coimbra, Guarda, Aveiro, Viseu, Porto, Vila Real, Bragança, Braga e Viana do Castelo.

Após um período de trabalhos preparatórios, designadamente para recolha e conhecimento de toda a informação relacionada com a inscrição das entidades e aprovação dos cursos e, tendo como base o modelo de guia de visita, os membros da Comissão, dando especial atenção aos aspetos referidos no ponto anterior, efetuaram no ano de 2011 visitas às entidades que a seguir se indicam:

1. PKF II PORTUGAL
Lisboa
Ação: Avaliação de Projetos de Investimento
2. CEGOC – TEA, LDA
Lisboa
Ação: Controlo de Gestão – nível II
3. SAGE Portugal – Software, SA
Lisboa
Ação: Especialização IES
4. CEGOC – TEA, LDA
Lisboa
Ação: Controlo de gestão – 2.ª Parte
5. KPMG
Lisboa
Ação: Business Services
6. CITEFORMA – Formação e Consultadoria, Lda,
Lisboa
Ação: Contabilidade Financeira
7. Primavera Academy
Lisboa
Ação: Integração da Contabilidade no Primavera
8. WINNERGES – Consultoria Empresarial, Lda
Braga
Não estava a decorrer nenhuma ação programada e acreditada pela OTOC, A falta de inscrições inviabilizou as ações programadas
9. DUODIFUSÃO – Formação Profissional e Empresarial
Vizela
Não estava a decorrer nenhuma ação programada e acreditada pela OTOC, A falta de inscrições inviabilizou as ações programadas

10. GLOBAL XXI – Consultores, Lda
Guimarães

Ação: Principais alterações fiscais do Orçamento do Estado para 2012

A Comissão, no âmbito do objetivo para que foi constituída, continuou a efetuar visitas a entidades reconhecidas pela OTOC, para a realização de formação equiparada para efeitos de atribuição de créditos, de acordo com regulamento próprio.

Das visitas efetuadas, no decurso das quais foi possível observar o ambiente formativo, foi recolhida informação que consta dos relatórios individuais, tendo constatado que:

- A apreciação global do desenvolvimento das ações de formação, que decorriam nas entidades visitadas, é boa e mesmo excelente na maioria dos casos, quer quanto aos meios materiais, aos formadores e recursos pedagógicos, utilizados, quer quanto ao controlo de presenças por parte das entidades promotoras das ações;
- Considerando a forma como as ações são desenvolvidas e o número de formandos presentes, fica evidente o sentido de complementaridade desta formação com a disponibilizada pela Ordem, afastando uma posição puramente mercantilista que poderia ocorrer a algumas entidades;
- As visitas da OTOC fazem sentir às entidades uma certa vigilância sobre as ações e desincentivar (dissuadir) eventuais tendências de facilitismo;
- As entidades manifestaram interesse em reuniões (anuais ou semestrais) no sentido de articular com a Ordem sobre as necessidades de formação na ótica complementaridade.

Apoio técnico aos membros

VII

Falar hoje nos desafios da profissão, embora surja ao ouvido como algo comum, é muito mais difícil do que aparentemente se possa pensar.

Desde logo, porque os desafios que se colocam, em nosso entender, carecem de soluções diferentes das tradicionais, exigindo dos profissionais criatividade, disponibilidade e competência a níveis muito mais elevados do que aquilo a que estávamos habituados.

Eventualmente coexistirão de forma pacífica ainda durante algum tempo soluções tradicionais e soluções estruturadas, orientadas no sentido da sustentação das empresas e num acompanhamento permanente dos profissionais aos seus clientes e entidades patronais.

A realidade estrutural do tecido empresarial português exige dos TOC uma atitude diferente e consentânea com os desafios que hoje se colocam às empresas.

É neste ambiente de exigência qualitativa que os profissionais terão que sobreviver, dando o seu melhor, transformando o «preenchedor de papéis para o fisco», num profissional ativo, conhecedor da realidade da empresa, constituindo-se como um criador de valor.

É esse profissional que desde há muito ambicionamos, que desde há muito perseguimos e vimos estruturando a nossa ação.

É também nesse contexto que devemos interpretar todo o esforço de apoio técnico da Ordem aos seus membros, procurando, através dele, criar um profissional capaz de responder a este novo tipo de desafio profissional, não só porque acreditamos piamente que o sustentáculo perene de uma profissão é a qualidade, mas particularmente no caso dos técnicos oficiais de contas, estamos perante uma profissão que constitui a primordial fonte de receitas do erário público e é suscetível de permanentes alterações ao quadro normativo em que se movimenta.

Aquele esforço, no que concerne ao apoio técnico materializou-se da forma seguinte:

Todos os eventos, independentemente da sua origem, ou natureza que possam consolidar, aumentar ou fazer evoluir os conhecimentos profissionais, cívicos ou humanos dos técnicos oficiais de contas, constitui para a Ordem um fator evolutivo dos seus membros considerando-o concorrente para a obtenção do objetivo de uma melhor profissão.

Atenta a universalidade das temáticas conexas com a profissão e a necessidade do seu domínio pelos profissionais, a Ordem tem vindo paulatinamente a diversificar a oferta de formação, não só nos temas, mas inclusive nos meios e forma da sua ministração.

VII.I Formação

E esse desafio tem vindo a ser compreendido e assimilado pelos profissionais, como bem o revela o fato de, no ano de 2011, termos assistido ao segundo maior número de participantes nas ações de formação ministradas pela Ordem.

Em concomitância com as ações de formação propriamente ditas, as reuniões livres que a Ordem tem vindo a realizar desde há já cerca de dez anos, ininterruptamente, constituem uma excelente oportunidade de colocar questões, esclarecer as dúvidas e contribuir para o crescimento coletivo dos técnicos oficiais de contas.

A lista de eventos que abaixo descrevemos, fala por si e expressa de forma inequívoca a grande aposta que colocamos no crescimento profissional dos técnicos oficiais de contas.

Eventos em 2011 Formação por tipo e temas do ano Número de participantes					
Natureza	2009	2010	2011	Variação 2010/2011	Variação %
Conferências					
Seminário Internacional do CILEA – A Contabilidade e o Contabilista nas PME	633	1 410	213		
As Microentidades	48	1 693	1 390		
Reorganização Administrativa - Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses	379	500	396		
A União Europeia e a Política Fiscal	633	400	689		
O Impacto da Contabilidade e Fiscalidade na Agricultura	1 465	1 357	598		
2.º Encontro da Mulher na Profissão e 2.º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade	1 245	822	221		
A Responsabilidade Social e a Ética da Contabilidade e dos Contabilistas	686	967	0		
E depois da <i>troika</i> ?	1 644	0	479		
Portugal: a soma das partes economias regionais como fator de desenvolvimento		0	806		
Prémio Prof. Rogério Fernandes Ferreira	0	0	270		
XI Prolatino - Prémio Internacional Professor Lopes de Sá	0	0	553		
IV Encontro de História da Contabilidade da OTOC	0	0	511		
VI Conferência Internacional GEOTOC - A Tributação das Atividades Económicas em IVA	0	0	586		
Apresentação do Anuário do Setor Empresarial do Estado	0	0	431		
II Congresso de Direito Fiscal - Almedina / IDEFF/ OTOC	0	0	221		
II Fórum Fiscalidade OTOC/ Diário Económico	0	0	403		
A Tragédia do IVA - Encontro/debate com empresários da restauração e hotelaria	0	0	913		
Jornada de Reflexão - Contabilidade, a profissão e o ensino	0	0	1 508		
Conferência Internacional OTOC/EFAA - Regulamentação para as microentidades	0	0	924		
Normalização contabilística: presente e futuro	0	0	449		
	7 549	7 149	11 561	4 412	61,7%
Congressos					
III Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas	5 204	0	0	0	0,0%

Eventos em 2011 | Formação por tipo e temas do ano | Número de participantes

Natureza	2009	2010	2011	Varição 2010/2011	Varição %
Formação à distância					
Código Contributivo da Segurança Social	132	235	927		
SNC - Ativos não correntes	150	181	39		
SNC - Ativos correntes	313	252	49		
Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	367	203	875		
Microentidades	77	268	0		
NCRF 17 - Activos biológicos - Aspetos contabilísticos e fiscais	270	59	97		
SNC - Passivos correntes e não correntes	153	61	48		
NCRF 19 - Contratos de construção	180	330	123		
SNC - Preparação das notas anexas às demonstrações financeiras,	524	91	529		
Regime contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	41	99	170		
NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	0	70	65		
NCRF 25 - Imposto sobre o rendimento	183	64	182		
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspetos contabilísticos e fiscais)	162	59	160		
NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	544	0	58		
NCRF 12 - Imparidades de ativos	400	0	118		
Mais e menos-valias em IRC e IRS	245	230	146		
O TOC - Procedimento tributário gracioso	306	107	78		
Tributação do património (IMT/IMI/IS)	224	47	110		
Projetos de investimento	65	91	197		
Código de Insolvência	33	178	84		
Empresas municipais - Constituição e obrigações contabilísticas e fiscais	289	0	0		
NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo	164	50	147		
Ligação contabilística com a legislação laboral	151	203	708		
Análise de balanços e estudo de indicadores económicos e financeiros	519	163	1 105		
NCRF para as entidades sem fins lucrativos	2 011	951	421		
Código Fiscal de Investimento	1 634	125	132		
IVA - Localização das operações e serviços tributáveis	1 579	0	606		
Contabilidade orçamental na administração pública	279	275	274		
Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (balanced scorecard)	120	582	1 035		
Contencioso tributário	179	1 370	880		
POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	1 500	212	0		
NCRF 28 - Benefícios dos empregados	310	2 203	2 208		
Código dos Contratos Públicos	774	192	1 208		
Encerramento de contas efeitos contabilísticos e fiscais	1 070	0	262		
NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspetos contabilísticos e fiscais	1 142	0	243		
NCRF 19 - Contratos de construção	0	0	394		
Regime da normalização contabilística para microentidades	0	0	352		
Regime contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	0	0	616		
IVA - Localização das operações e serviços tributáveis	0	0	536		
NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	0	0	434		
	16 090	8 951	15 616	6 665	74,5%
Eventual					
Orçamento do Estado para 2011; Encerramento de contas de 2010	19 853	15 810	21 519		
Código Contributivo; Métodos e técnicas de análise económica e financeira	9 686	16 674	5 688		
Norma para as entidades setor não lucrativo; IRC e aspetos particulares da tributação autónoma e do tratamento das viaturas	34 538	5 947	7 849		
	64 077	47 879	35 056	-12 823	-26,8%

Eventos em 2011 Formação por tipo e temas do ano Número de participantes					
Natureza	2009	2010	2011	Varição 2010/2011	Varição %
Permanente					
POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	52	0	0		
Contencioso tributário	0	320	505		
	562	0	0		
	122	0	0		
	619	0	0		
	150	0	0		
	2 209	0	0		
	3 714	320	505	185	57,8%
Recorrente					
Orçamento do Estado para 2011; Encerramento de contas de 2010	46	48	29		
SNC - Preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	67	46	37		
Código Contributivo	58	29	26		
NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspetos contabilísticos e fiscais	36	45	35		
Principais alterações POC versus SNC	72	52	36		
NCRF para as entidades do setor não lucrativo	24	48	25		
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspetos contabilísticos e fiscais)	30	29	38		
	25	29	0		
	61	34	0		
	0	21	0		
	0	18	0		
	0	21	0		
	419	420	226	-194	-46,2%
Segmentada					
Código Contributivo da Segurança Social (parte dos locais)	107	510	461		
Código Contributivo da Segurança Social (restantes locais)	421	747	672		
SNC - Preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	378	47	1 222		
NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspetos contabilísticos e fiscais (parte dos locais)	657	79	64		
NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspetos contabilísticos e fiscais (restantes locais)	1 194	48	41		
NCRF 19 - Contratos de construção	71	183	90		
SNC - Microentidades	842	238	0		
NCRF 25 - Imposto sobre o rendimento	2 245	123	470		
Mais e menos-valias em IRC e IRS	2 146	50	198		
NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	2 130	88	106		
NCRF 28 - Benefícios dos empregados	0	36	113		
O TOC - Procedimento tributário gracioso	0	346	0		
Tributação do património (IMT/IMI/IS)	0	568	79		
Empresas municipais - Constituição e obrigações contabilísticas e fiscais	0	107	0		
Agências de viagem - Aspetos contabilísticos e fiscais	0	33	133		
Ligação contabilística com a legislação laboral	0	120	189		
IVA - Localização das operações e serviços tributáveis	0	101	357		
NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo	0	218	210		
Contabilidade orçamental na administração pública	0	345	0		
NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	0	34	882		
Código de Insolvência	0	242	849		
Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (<i>balanced scorecard</i>)	0	0	1 157		

Eventos em 2011 Formação por tipo e temas do ano Número de participantes					
Natureza	2009	2010	2011	Variação 2010/2011	Variação %
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	0	92	2 087		
SNC - Preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	0	279	231		
Regime da normalização contabilística para microentidades	0	1 303	708		
NCRF para as entidades do setor não lucrativo	0	273	467		
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	0	95	867		
	0	799	0		
	0	675	0		
	0	588	0		
	10 191	8 367	11 653	3 286	39,3%
Reuniões livres – Noites SNC					
	12 260	9 018	0		
	14 098	10 227	0		
	15 940	10 249	0		
	15 749	10 266	0		
	58 047	39 760	0	-39 760	-100,0%
Presenças reuniões livres quinzenais	45153	38392	34017	-4 375	-11,4%
Sessão de esclarecimento					
Código Contributivo	10 582	358	16 988		
	6 539	337	0		
	1 792	742	0		
	1 768	1 296	0		
	0	252	0		
	0	202	0		
	20 681	3 187	16 988	13 801	433,0%
Total geral	229 125	154 425	125 622	-28 803	-18,7%

A Ordem, em 2011, conforme elementos de funcionalidade, aumentou significativamente a sua capacidade de resposta às questões colocadas pelos membros, conseguindo praticamente um prazo de 15 dias para elaborar as respostas, terminando o ano com um número residual de questões a aguardar resposta.

Para tanto, continuámos a apostar na formação dos consultores internos e diminuiu de forma notória a sua dependência dos consultores externos,

Para além daquele esforço, embora o tenha reduzido de forma substancial, a Ordem continua a manter um quadro de colaboradores externos, 14, para onde são canalizadas as questões mais pertinentes.

A base de dados da Ordem, conforme previsão já no ano anterior, beneficiou de uma profunda alteração, no sentido de oferecer aos membros informação atualizada ao dia, possibilitando-lhe o conhecimento imediato das alterações introduzidas nos normativos que se interligam com a profissão.

A nova tecnologia assente na internet, tendo como veículo uma pen, não se revelou o mais adequado, pois diminuiu de forma drástica a *performance* do funcionamento do sistema, bem como alterou de forma notória as capacidades de uso daquela base.

Consultório Técnico

Base de dados SITOC

Reestudado o problema, foi possível encontrar respostas tecnológicas à altura do papel que desempenhava a base de dados na profissão, possibilitando-se a introdução de uma mais-valia no uso da base de dados.

Revista TOC

Mensalmente, de forma gratuita, continuou a ser enviada aos membros com as quotas em dia a Revista **TOC**, meio privilegiado de comunicação, mantendo-se a sua estrutura com artigos de opinião, entrevista de uma personalidade, informação sobre a vida da Ordem e respostas a questões de índole técnica. A experiência vivida com a criação da secção «Lugar ao TOC» tem vindo a possibilitar uma maior interação entre a revista e os seus profissionais, o que tem contribuído de forma notória para que a publicação contribua de forma decisiva para um maior conhecimento da vivência dos profissionais em todos os distritos.

Revista de Contabilidade e Gestão

Publicaram-se dois números da Revista Científica Contabilidade e Gestão. Esta revista, atento o seu teor, continua a ser disponibilizada em formato eletrónico, possibilitando a sua impressão e leitura pelos membros da Ordem. Não descurando a qualidade dos artigos, dada a sua natureza científica, a revista continua a ser um meio de consulta dos profissionais, esclarecendo e aprofundando saberes e conhecimentos importantes para a profissão.

Publicações da Ordem

Para além das ações descritas, a Ordem disponibilizou aos membros, de forma gratuita, as seguintes publicações:

- Revista do IDEFF que teve um custo anual de 15 248 euros;
- Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses;
- Anuário do Setor Empresarial do Estado.

Apoio social aos membros

VIII

Os momentos difíceis que todos vivemos devem constituir oportunidades de aumentar a nossa sensibilidade para as questões da solidariedade e de forma construtiva procurarmos diminuir o sofrimento dos que, por infortúnio, veem as suas dificuldades aumentar.

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas desde há muito que tem vindo a cultivar valores de solidariedade inter pares, o que lhe confere, neste como noutros domínios, uma singularidade que é justo realçar.

Desde logo, pelo esforço contínuo que tem vindo a fazer de retorno para os seus membros, pelas mais diversas formas de uma parte muito significativa do valor das quotas pagas que, mesmo não contando com o esforço de outros eventos, como a formação gratuita, ainda assim representa cerca de metade do seu valor, Reconhecer as diferenças e sermos solidários para com o nosso semelhante é um gesto de humildade e reconhecimento de que nem tudo passa exclusivamente pela nossa vontade, havendo factos e situações que, independentemente da leitura que cada um deles faça, escapam ao nosso controle e domínio.

Ser-se solidário, da maneira como vemos a solidariedade, é ser humilde, é reconhecer que as situações que outros vivem podiam bater-nos à porta.

De certeza que, se fosse esse o caso, quem de nós não gostaria de uma mão amiga, uma palavra, uma ajuda, por pequena ou insignificante que fosse, da sua organização profissional?

É nesta, e em outras questões, que nos diferenciamos de outras instituições congéneres. É que a regulação só faz sentido se houver pessoas, pessoas que não tenham que humilhar-se para que os deixem viver com dignidade. Pessoas que ao fim de uma longa vida de trabalho, luta e sacrifício, se veem confrontadas com a impossibilidade de viver com a reforma que os sistemas oficiais lhes atribuem. Pessoas que, por infortúnio, se viram a braços com doenças ou acidentes que não podem resolver.

É neste domínio de preocupação e com este espírito que, no decurso de 2011, no âmbito da solidariedade social, desenvolvemos as seguintes ações:

Este fundo tem como objetivo ocorrer a situações inesperadas em resultado das quais e por efeito de acidente imprevisto, os profissionais se vejam impossibilitados de angariar o seu sustento.

Outra função do fundo, tendo em atenção a reta final da vida dos membros da Ordem, é atribuir um complemento de reforma aos membros com a inscrição em vigor que garanta um rendimento líquido nunca inferior à remuneração mínima mensal, ou seja, nunca inferior ao salário mínimo nacional.

Existem, no entanto, algumas condições de enquadramento. Em substância, o

Fundo de solidariedade social

membro não poderá ter rendimentos de outras fontes que não seja da reforma. Nos últimos três anos a evolução deste fundo foi a seguinte:

Beneficiários	2009	2010	2011	Totais
N.º de beneficiários	20	28	31	
Valor pago	20 591€	42 038€	58 863€	121 491€

Seguro de saúde dos TOC

O seguro de saúde dos técnicos oficiais de contas oferecido gratuitamente pela Ordem aos seus membros, constitui hoje um meio utilizado já por um número muito significativo de profissionais para solucionar problemas de saúde.

Embora concebido para situações de emergência consubstanciadas em necessidade de internamento hospitalar, foi possível alargar o seu âmbito, passando a disponibilizar-se de forma gratuita até três consultas por ano para os membros por ele abrangidos.

Clarificou-se as condições do seu benefício, subordinando-o ao pagamento das quotas devidas à Ordem, pois não deixa de constituir uma incompreensível contradição que existam membros que não cumprem com o seu dever de pagar as quotas devidas à Ordem e que, por outro lado, estejam a beneficiar de benesses que acabam por ser pagas com o valor das quotas de outros membros.

Estabeleceu-se, assim, que o direito ao seguro de saúde, aliás conforme já ocorre com o seguro de responsabilidade civil profissional, só beneficia os membros cujas quotas estejam em dia perante a Ordem, ou seja, que não tenham o pagamento das quotas atrasado por um período superior a 90 dias.

A Ordem, ao criar estes apoios para os seus membros, fê-lo com a preocupação da sua utilidade e, embora resultado de infelicidade de alguém, quando temos conhecimento que o seguro de saúde foi importante para a resolução de problemas que os membros tiveram, sente-se uma satisfação de utilidade que só quem vive estas situações de ambos os lados se apercebe da dimensão e da importância da existência destes mecanismos de proteção.

Seguro de responsabilidade civil

A exemplo de anos anteriores, de forma gratuita, a Ordem ofereceu aos seus membros um seguro de responsabilidade civil profissional que cobre eventuais danos patrimoniais causados a terceiros relacionados com o exercício da contabilidade, até ao montante de 50 mil euros.

Este seguro que, atendendo aos riscos inerentes ao exercício da profissão, constitui uma espécie de «guarda-chuva», não só para os profissionais, mas também para os seus clientes, beneficia todos os TOC que mantenham a inscrição em vigor, não tenham as quotas atrasadas por período superior a 90 dias e em cuja sinistralidade que é reclamada, se encontre o sujeito passivo identificado no âmbito do artigo 10.º do Estatuto.

O fundo de pensões dos TOC tem como objetivo a criação de um complemento de reforma para todos os membros da Ordem com inscrição em vigor. Aquando da sua criação, outubro de 2005, a então Câmara estabeleceu uma comparticipação financeira para o fundo na globalidade de cinco milhões de euros, o que foi conseguido e mesmo ultrapassado em anos anteriores. Não obstante, prevíamos no ano de 2011 dotar aquele fundo, para além das rendas do antiga sede na Avenida 24 de Julho com a verba de um milhão de euros, o que não chegou a ocorrer em virtude das necessidades financeiras da instituição se terem acentuado e a rentabilidade do fundo não aconselhar um esforço de investimento.

O projeto «Casa do TOC», um espaço onde os membros se possam encontrar após o abandono da vida profissional e, com dignidade, passar os dias que a vida lhes propicia assegurando o necessário acolhimento, é um projeto de grande humanidade e, acima de tudo, um projeto que visualiza os profissionais numa dimensão de apoio social, situação ímpar no domínio das instituições de regulação profissional.

Conforme previsto, em 2011, reforçamos a provisão financeira para a realização deste tão importante projeto para os técnicos oficiais de contas com 500 mil euros, pelo que o total acumulado atinge já um milhão e 500 mil euros, incluída na rubrica de depósitos a prazo.

Fundo de pensões

«Casa do TOC»

IX

Comunicação

No domínio da comunicação/informação aos membros, no decurso de 2011 não se verificaram alterações significativas.

Mantiveram-se as publicações mensais da Ordem, Revista **TOC**, excluindo-se o CD, atento o novo método na sua utilização, as quais foram enviadas de forma gratuita a todos os membros.

Diariamente, de forma continuada e ininterrupta, foram disponibilizados aos membros *newsletters*, informando-os das alterações legais ou interpretações administrativas sobre matérias relacionadas com a profissão.

No domínio da informação e com regularidade foram os membros informados sobre os eventos e realizações organizados pela Ordem, quer através de e-mail quer através do sítio da Ordem.

A manutenção de canais de comunicação entre a Ordem e os seus membros é, e sempre foi, um fator fundamental na criação de sinergias que viabilizem ações conjugadas de interesse para a profissão.

Na verdade, a grandeza da nossa profissão e instituição, também se afere pela eficiência que tivermos em comunicar e encontrar as respostas necessárias, em tempo útil, para os problemas com que nos defrontamos.

No sentido de criarmos uma verdadeira alma profissional e divulgarmos os diversos eventos ou intervenções da Ordem, temos participado em programas de rádio e televisão, bem como concebemos projetos e ideias que divulguem de forma eficiente a intervenção social da Ordem.

A utilização de forma mais evidenciada por parte da Ordem dos meios de comunicação, próprios ou alheios, tem propiciado uma maior intervenção social, concorrendo para uma mais esclarecida consciência social das temáticas conexas com o exercício da profissão. A utilização das novas tecnologias da comunicação, nomeadamente os sistemas de vídeo, tem propiciado maior divulgação dos eventos da Ordem, o que se tem revelado muito benéfico para a criação e desenvolvimento de uma mais profunda e sustentada alma profissional.

Por outro lado, as diversas parcerias e iniciativas levadas a efeito pela Ordem, desde a «A Soma das Partes», até ao apoio e incentivo ao estudo e desenvolvimento de questões de grande interesse social, como é o caso do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o Anuário do Setor Empresarial do Estado, as parcerias desenvolvidas com diversas entidades, nomeadamente com o IDEFF, da Faculdade de Direito de Lisboa, são factos que elevam a profissão e a instituição a um nível até há bem pouco tempo impensável.

Daí a importância que temos dado, e continuaremos a dar, a todos os meios ou processos que levem a divulgar e a conhecer a profissão e os profissionais, para que a sociedade, cada vez mais, ganhe consciência da importância que a profissão tem no desenvolvimento e sustentabilidade social.

Relações internacionais

X

O ano de 2011 foi importante para a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas quanto ao seu relacionamento internacional, bem como quanto ao início do projeto «Transferência de Conhecimentos.»

Na verdade, mantendo toda a sua atividade nos organismos internacionais de que faz parte, CILEA e EFAA, a Ordem, em conjunto com o CFC do Brasil, no mês de agosto, iniciou os contatos com os colegas angolanos para o início do mencionado projeto.

Naquele âmbito, realizou-se em Luanda, Angola, uma reunião de trabalho com representantes do governo daquele país e membros da Comissão Instaladora da Ordem dos Contabilistas e Auditores Angolanos, tendo-se assinado um protocolo de colaboração, com vista a acompanharmos a instalação da instituição reguladora da profissão.

Para o efeito, propôs-se a assinatura de um protocolo em que o governo angolano, através da Comissão Instaladora suporta os custos necessários ao apoio a prestar aos profissionais, consubstanciando na deslocação de técnicos portugueses e brasileiros para, no terreno, instalarem a entidade reguladora da profissão, bem como implementar a necessária estrutura para o seu funcionamento.

Razões internas ainda não possibilitaram a concretização do descrito, o que pensamos vir a ocorrer brevemente.





Iniciaram-se também os contactos com Moçambique, no sentido de ainda no mês de abril darmos início ao projeto naquele país.

A Ordem participou ativamente nas instituições em que se encontra inscrita, e interveio em diversas manifestações e reuniões realizadas pelo CILEA (Comité para a Integração Latina Europa América), nomeadamente no Brasil, no Estado de Santa Catarina, em Mar de la Plata, na Argentina e na Madeira, realizando aí a conferência anual do CILEA em Portugal.

Quanto à EFAA (Federação Europeia dos Contabilistas e Auditores para as Pequenas e Médias Empresas), a Ordem realizou em dezembro, no Porto, a conferência internacional daquela organização, o que constituiu um momento alto de dignificação, afirmação e reconhecimento da profissão perante aquela organização.

Privilegiamos o desenvolvimento das relações com os nossos colegas brasileiros, continuando a realizar ações conjuntas de grande qualidade, onde se destacam as «Jornadas de Contabilidade Luso-Brasileiras», a «Mulher na profissão» e o «Prolatino» com a entrega do Prémio Internacional Professor António Lopes de Sá, grande benemérito e amigo da profissão.

Procedemos à inscrição da Ordem no ICC (Congresso de Custos Internacional), tendo participado no evento por este realizado em Ponta del Este, Uruguai, realizando a Ordem no próximo ano, em Portugal, o congresso daquela organização.

Mas o mais marcante, por aquilo que representa no concerto da profissão a nível mundial, foi termos acordado com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a inscrição da Ordem no IFAC (*International Federation of Accountant*), na qual esperamos vir a ser aceites como observadores.

As relações entre a Ordem e os economistas espanhóis, consubstanciadas no Colégio dos Economistas Espanhóis, têm vindo a aprofundar-se, estando prevista para o ano em curso a realização de diversas atividades conjuntas, com especial relevo para as regiões raianas.

Outras ações

XI

Naturalmente que os documentos previsionais, como é o caso do plano de atividades e orçamento, pela contingência a que estão sujeitos, não só pela sua própria natureza, mas também pela influência que sofrem de fatores exógenos, são passíveis de modificações ou até de reajustamentos necessários para dar resposta às variações se vão operando.

Porque estamos atentos àquela orientação e à sua eventual mudança, não deixaremos de concretizar as oportunidades que surjam considerando os reajustamentos necessários.

É o que se passou com as conferências do ciclo «A Soma das Partes» que se têm realizado em parceria com a TSF, através das quais a Ordem, de forma construtiva, procura trazer à discussão as potencialidades específicas de cada região, questiona a envolvimento dos cidadãos e instituições na dinâmica económica regional, procurando, pela sua soma, encontrar sinergias, vontades e valores que se constituam como oportunidades de recriar a economia portuguesa, solicitando o concurso das entidades e cidadãos que queiram participar naquele desígnio nacional.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, encontra-se definitivamente consolidado na nossa sociedade, sendo sinónimo de credibilidade, rigor e cientificidade. A Ordem e, conseqüentemente, os seus membros, aparecem indiscutivelmente associados a este trabalho.

Este documento é hoje uma imprescindível referência que possibilita a leitura integrada e isenta do estado económico e financeiro das autarquias locais, concorrendo para uma maior consciência de cidadania quanto àquele importante vetor da vida pública nacional.

Em 2011, apoiámos e procedemos à edição do primeiro Anuário do Setor Empresarial do Estado, dando, a exemplo do que já consolidámos nas autarquias, a possibilidade de se conhecer de forma estruturada, e com o rigor científico garantido pelo trabalho dos universitários autores do estudo, o necessário apartidarismo que deve orientar este tipo de iniciativas.

As realizações conjuntas levadas a efeito com a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) e com organismos do próprio governo, com especial relevo para o Ministério da Economia e do Trabalho, constituem inequívocas manifestações do empenhamento da Ordem muito para além da mera regulação e disciplina da profissão, prestando, em nosso entender, um serviço de cidadania importante a Portugal, credibilizando a instituição e os profissionais.

XII

O que não fizemos

Nestas, como em muitas outras coisas da nossa vida, temos que ter a humildade para reconhecer onde erramos, ou justificar o porquê de não termos realizado ações ou factos previstos em preterição de outros.

Assim, em 2011, não obstante a sua previsão no plano de atividades e orçamento, não foi possível realizar as seguintes atividades:

Fundo de pensões - Por razões de estratégia económica, e com base na necessidade de consolidar a situação financeira da instituição, para além do facto dos fundos de pensões, na sua grande maioria, não se terem conseguido libertar de índices negativos de rentabilidade, o que conduz inexoravelmente à depreciação monetária dos valores entregues, a Ordem manteve apenas as entregas provenientes da renda das suas instalações na Avenida 24 de Julho.

A todo o momento, caso seja essa a deliberação do Conselho Diretivo, a Ordem, concluída que seja a segurança financeira do fundo, pode proceder ao reforço da entrega de valores.

De qualquer modo, a meta a que a Ordem se havia proposto, dotar o fundo com uma verba de cinco milhões de euros, já se encontra desde há muito realizada, pelo que a partir daquele desiderato devem ser os membros, no seu próprio interesse, a participarem no fundo com as suas economias e não a Ordem.

Não obstante, conforme já se mencionou, em 2011, a Ordem entregou ao fundo 156 251 euros, proveniente da renda das instalações do edifício na Avenida 24 de Julho.

«Casa do TOC»

No decurso de 2011, conforme previsão no plano de atividades, dotou-se este projeto com a verba de 500 mil euros, pelo que o valor acumulado é de um milhão e 500 mil euros.

WebTV

Temos vindo a alterar a nossa opinião quanto à tecnologia a adotar. Embora conscientes das dificuldades e limitações que o sistema do *YouTube* apresenta, na verdade ele tem desempenhado de forma extraordinária a sua missão na Ordem, possibilitando a divulgação e conhecimento de eventos realizados aos mais diversos níveis.

Estamos a estudar o assunto, mas uma das hipóteses a desenvolver poderá passar pela criação de uma base de alojamento da informação, mantendo o mesmo método de recolha, tratamento e divulgação.

análise da situação económica e financeira

XIII

De acordo com o disposto na alínea c) do artigo 35.º do EOTOC, na redação que foi conferida pelo Decreto-Lei 310/2009, de 26 de outubro, passamos a apresentar as contas relativas ao exercício de 2011.

No cômputo geral, é evidente que o contexto difícil que atravessamos teve reflexos na vida da nossa instituição e, conseqüentemente, refletiu-se nas contas que ora apresentamos.

Passamos a analisar as diversas parcelas que julgamos mais pertinentes e/ou que apresentam divergências mais significativas com a previsão ou ainda com a execução do ano anterior. Relativamente a 2010, apresentamos os desvios em valores absolutos em vez de percentagens.

Finalmente, apenas comentaremos as rubricas onde os desvios, quer na sua natureza quer nos seus valores, sejam mais significativos, uma vez que, em sede de orçamento, apresentamos as razões e critérios de sua quantificação.

Os rendimentos obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 15 878 565 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas. Este valor corresponde a uma realização orçamental de 99,6% do valor orçamentado.

XIII.I Análise económica Rendimentos

Rendimentos	2010	Desvio ano anterior	2011	Desvio Orçado	Orçamento
Vendas	-24 148	-18 915	-5 233	-3 267	-8 500
Prestações de serviços	-14 078 172	507 682	-14 585 854	-36 121	-14 621 974
Subsídios à exploração	-116 626	-47 248	-69 378	-69 722	-139 100
Reversões	-41 446	-14 884	-26 562	12 862	-13 700
Outros rendimentos e ganhos	-1 029 537	31 757	-1 061 294	-71 404	-1 132 698
Juros, dividendos e out. rendimentos	-29 240	101 005	-130 245	105 045	-25 200
Total	-15 319 169	559 396	-15 878 565	-62 607	-15 941 172

Relativamente ao exercício anterior, registámos um acréscimo de rendimentos de 559 396 euros. As prestações de serviços foram a principal fonte deste acréscimo. Já relativamente aos rendimentos provenientes de juros, quer relativamente ao orçamentado quer ao realizado no ano anterior, foram superados significativamente. Tal facto deveu-se a vários fatores, nomeadamente, a subida das taxas de juros e aplicações financeiras para além do período previsto e com recursos não previstos em sede de orçamento.

Rendimentos	2010	Desvio ano anterior	2011	Desvio orçado	Orçamento
71 Vendas	-24 148	-18 915	-5 233	-3 267	-8 500
711 Mercadorias	-24 148	-18 915	-5 233	-3 267	-8 500
72 Prestações de serviços	-14 078 172	507 682	-14 585 854	-36 120	-14 621 974
721 Jóias	-106 800	16 100	-122 900	37 900	-85 000
722 Quotas	-10 692 780	-32 334	-10 660 446	-30 978	-10 691 424
72201 Quotização - Membros efectivos	-10 510 788	-31 764	-10 479 024	-35 712	-10 514 736
72202 Quotização - Membros suspensos	-181 992	-570	-181 422	4 734	-176 688
723 Ações de formação OTOC	-2 820 432	172 784	-2 993 216	-306 784	-3 300 000
7231 Formação eventual	-1 517 696	-407 008	-1 110 688	-389 312	-1 500 000
7232 Formação segmentada	-691 344	289 776	-981 120	191 120	-790 000
7233 Formação permanente	-30 624	17 760	-48 384	-101 616	-150 000
7234 Formação à distância	-549 168	289 136	-838 304	-11 696	-850 000
7235 Formação recorrente	-31 600	-16 880	-14 720	4 720	-10 000
724 Eventos OTOC	-119 495	393 189	-512 684	273 684	-239 000
72403 Conferências	-119 495	139 179	-258 674	19 674	-239 000
72404 Sessões de esclarecimento	0	254 010	-254 010	254 010	0
72501 Vinhetas	-114 818	-7 910	-106 908	-9 142	-116 050
72701 Multas - Processos Disciplinares	-223 847	-34 147	-189 700	-800	-190 500
75 Subsídios à exploração	-116 626	-47 248	-69 378	-69 722	-139 100
75202 Patrocínios ações de formação	-35 133	-10 596	-24 537	-11 363	-35 900
75203 Outros patrocínios	-81 493	-36 652	-44 841	-58 359	-103 200
76 Reversões	-41 446	-14 884	-26 562	12 862	-13 700
762 Perdas por imparidade	-41 446	-14 884	-26 562	12 862	-13 700
76201 Dívidas a receber	-41 446	-14 884	-26 562	12 862	-13 700
78 Outros rendimentos e ganhos	-1 029 537	31 757	-1 061 294	-71 404	-1 132 698
7816 Outros rendimentos suplementares	-833 137	27 880	-861 017	-79 481	-940 498
781601 Encontro Nacional dos TOC	-12 526	-9 252	-3 274	-6 726	-10 000
781604 Taxas e emolumentos	-709 629	53 460	-763 088	-12 810	-775 898
781605 Inscrições - Reg. atribuição créditos	-33 423	-7 488	-25 935	-4 665	-30 600
781606 Publicidade	-77 560	-8 840	-68 720	-55 280	-124 000
7873 Rendas em propriedades investimento	-151 733	0	-151 733	0	-151 733
7888 Outros	-44 585	1 766	-46 351	5 884	-40 467
79 Juros, dividendos e out. rendimentos	-29 240	101 005	-130 245	105 045	-25 200
791 Juros obtidos	-29 240	101 005	-130 245	105 045	-25 200
Total	-15 319 169	559 396	-15 878 565	-62 607	-15 941 172
Resultado antes de impostos	529 708		1 482 301		635 462



Na rubrica de prestações de serviços, esclarece-se que a rubrica de «eventos» OTOC diz respeito à sessão de esclarecimento ocorrida em janeiro, subordinada ao tema do Código Contributivo, que teve lugar por todo o país e que, por ser extraordinária, foi evidenciada na contabilidade. Por isso, se agregarmos os valores destas rubricas, dada a sua natureza ser semelhante, o valor acumulado registará um desvio relativamente baixo.

A rubrica subsídios à exploração bem como a publicidade ficaram muito abaixo do previsto em sede de orçamento, certamente, por razões a que o momento económico não é alheio.

As rendas das propriedades de investimento dizem respeito às provenientes do nosso prédio sito na Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa.

O total de gastos e perdas previstos para o ano em análise foi de 15 305 710 euros, enquanto os gastos realizados perfizeram um total de 14 396 264 euros, correspondendo a uma redução de gastos no valor de 909 446 euros.

Para esta diferença, contribuiram diversos fatores que passaremos a analisar mais pormenorizadamente nas rubricas onde se registaram desvios mais significativos.

O desvio que se regista na rubrica de subcontratos deve-se à implementação do novo sistema do SITOC cuja implementação está a decorrer. Em vez do habitual suporte que era enviado juntamente com a revista, passamos a aceder e instalar o programa e base de dados diretamente do nosso portal, contribuindo assim para uma redução de gastos na produção, duplicação e distribuição desta excelente ferramenta de trabalho.

Gastos e perdas

Gastos	2010	Desvio ano anterior	2011	Desvio orçado	Orçamento
61 CMVMC	133 952	-73 187	60 765	3 365	57 400
611 Mercadorias	40 175	-39 578	597	-4 703	5 300
612 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	93 777	-33 608	60 169	8 069	52 100
62 FSE	9 967 740	-928 840	9 038 899	-1 062 911	10 101 810
621 Subcontratos	676 266	-85 575	590 691	192 691	398 000
622 Serviços especializados	4 848 156	-360 445	4 487 711	-1 333 999	5 821 710
6221 Trabalhos especializados	1 645 518	117 120	1 762 638	-22 862	1 785 500
6222 Publicidade e propaganda	490 085	-31 083	459 002	349 002	110 000
6223 Vigilância e segurança	72 936	7 182	80 118	8 918	71 200
6224 Honorários	1 589 021	-262 358	1 326 662	-708 148	2 034 810
6226 Conservação e reparação	442 951	43 354	486 304	30 804	455 500
6227 Serviços bancários	162 556	7 147	169 702	5 602	164 100
6228 Outros	437 528	-234 244	203 284	-997 316	1 200 600
623 Materiais	172 544	-26 026	146 518	22 318	124 200
6231 Ferramentas e utensílios	3 345	-3 345	0	-4 000	4 000
6232 Livros e documentação técnica	4 448	1 120	5 568	768	4 800
6233 Material de escritório	160 136	-39 152	120 985	9 785	111 200
6234 Artigos para oferta	4 616	15 350	19 966	15 766	4 200
624 Energia e fluídos	69 627	4 241	73 868	-1 982	75 850
6241 Eletricidade	50 284	1 256	51 540	-5 560	57 100
6242 Combustíveis	11 968	3 004	14 972	3 622	11 350
6243 Água	7 375	-19	7 356	-44	7 400
625 Deslocações e estadas	430 787	-11 707	419 080	37 080	382 000
6251 Deslocações e estadas	429 599	-10 519	419 080	37 080	382 000
625101 Refeições	102 712	-9 003	93 709	1 209	92 500
625102 Deslocações	259 150	-18 118	241 032	60 632	180 400
625103 Estadas	67 737	16 548	84 285	-22 815	107 100
626 Serviços diversos	3 770 359	-449 328	3 321 031	20 981	3 300 050
6261 Rendas e alugueres	563 593	-2 728	560 865	58 565	502 300
6262 Comunicação	1 546 715	-268 997	1 277 718	-176 412	1 454 130
6263 Seguros	1 544 990	-137 203	1 407 788	176 968	1 230 820
6265 Contencioso e notariado	16 078	-4 583	11 496	-3 604	15 100
6266 Despesas de representação	39 498	-39 115	383	-39 618	40 000
6267 Limpeza, higiene e conforto	59 485	3 297	62 782	5 082	57 700
63 Gastos com o pessoal	3 726 050	119 711	3 845 761	151 106	3 694 655
631 Remunerações órgãos da Ordem	783 952	-54 445	729 507	20 407	709 100
632 Remunerações do pessoal	2 214 108	167 472	2 381 580	90 920	2 290 660
635 Encargos sobre remunerações	584 862	12 277	597 140	17 747	579 393
636 Seguros de acidente no trabalho	21 348	0	21 348	1 386	19 962
637 Gastos de ação social	28 625	-527	28 098	3 698	24 400
638 Outros gastos com o pessoal	93 155	-5 067	88 088	16 948	71 140

Gastos	2010	Desvio ano anterior	2011	Desvio orçado	Orçamento
64 Gastos de depreciação	527 389	26 339	553 727	-160 563	714 290
641 Propriedades de investimentos	39 975	0	39 975	0	39 975
642 Ativos fixos tangíveis	487 414	26 339	513 753	-160 562	674 315
65 Perdas por imparidade	135 864	326 617	462 481	112 481	350 000
651 Em dividas a receber	135 864	326 617	462 481	112 481	350 000
68 Outros gastos e perdas	226 058	48 652	274 710	-25 195	299 905
6811 Impostos diretos	33 694	713	34 407	2	34 405
6812 Impostos indiretos	640	-110	530	30	500
6873 Abates	0	9 134	9 134	9 134	0
6881 Correções períodos anteriores	0	0	0	-6 200	6 200
6882 Donativos	66 725	-35 200	31 525	-189 975	221 500
6883 Quotizações	28 300	8 112	36 412	4 112	32 300
6888 Outros	89 615	55 579	145 194	145 194	0
69 Gastos e perdas de financiamento	72 407	87 511	159 919	72 269	87 650
6911 Juros de financiamentos obtidos	1 018	34 207	35 226	25 276	9 950
6917 Juros do contrato de locação financeira	69 134	55 559	124 693	46 993	77 700
Total	14 789 461	-393 197	14 396 264	-909 446	15 305 710

A rubrica de serviços especializados consumiu 4 487 711 euros, correspondendo a um desvio de menos 1 333 999 euros, relativamente ao orçamentado. Esta divergência ficou a dever-se a vários fatores. O nosso contributo para o fundo de pensões correspondeu aos valores das rendas do nosso prédio na Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa. Outra verba que contribui significativamente para a redução dos gastos desta rubrica refere-se a honorários. Como oportunamente se anunciou, o recurso a formadores internos com o alargamento do nosso quadro de pessoal, contribuiu para a redução deste gasto.

Gastos	2010	Desvio ano anterior	2011	Desvio orçado	Orçamento
622 Serviços especializados	4 848 156	-360 445	4 487 711	-1 333 999	5 821 710
6221 Trabalhos especializados	1 645 518	117 120	1 762 638	-22 862	1 785 500
6222 Publicidade e propaganda	490 085	-31 083	459 002	349 002	110 000
6223 Vigilância e segurança	72 936	7 182	80 118	8 918	71 200
6224 Honorários	1 589 021	-262 358	1 326 662	-708 148	2 034 810
6226 Conservação e reparação	442 951	43 354	486 304	30 804	455 500
6227 Serviços bancários	162 556	7 147	169 702	5 602	164 100
6228 Outros	437 528	-234 244	203 284	-997 316	1 200 600

Os gastos de «Publicidade e propaganda» superaram o orçamentado, devido sobretudo às conferências «A Soma das Partes», levadas a cabo por todo o País, em parceria com a TSF e que ainda decorrem até meados do corrente ano, com impacto positivo, reconhecido pela opinião pública em geral.

Gastos com o pessoal

O aumento nos «Gastos com o pessoal» deve-se sobretudo ao alargamento do quadro, com a admissão de técnicos para o Departamento de Sistemas de Informação e para o Departamento de Comunicação e Imagem.

Gastos com o pessoal	2007	2008	2009	2010	2011
Remunerações dos órgãos	786 759	819 594	809 238	783 952	729 507
Encargos sobre remunerações dos órgãos	152 362	161 967	159 752	143 628	130 500
Outros gastos	9 550	11 992	8 073	28 283	17 687
Remunerações do pessoal da OTOC	1 772 936	1 950 584	2 060 186	2 214 108	2 381 580
Encargos sobre remunerações do pessoal OTOC	335 477	370 895	387 985	441 234	466 639
Outros gastos	87 162	93 936	102 089	114 845	119 847
Total	3 144 245	3 408 968	3 527 323	3 726 050	3 845 761

Outros gastos

Também contribuiu para este aumento a atualização e aumento das taxas contributivas da segurança social.

Os «Gastos de depreciação» resultaram da aplicação das taxas de depreciação adotadas, de acordo com as normais legais aplicáveis e em vigor. Quanto às perdas por imparidade nas dívidas a receber dos membros, o seu cálculo foi obtido no respeito pelo princípio da prudência, de acordo com evolução de situações recentes e tendo em conta o contexto económico atual.

Na rubrica de «Outros gastos e perdas», o desvio deve-se ao facto de não ter sido concretizado o projeto de «Transferência de Conhecimentos», desenvolvido em parceria com os nossos colegas do Brasil e com o apoio do Banco Mundial, junto dos países lusófonos, particularmente Angola e Moçambique.

Resultado

Face aos quadros anteriores, o resultado obtido para o período em análise foi de 1 466 119 euros.



Todos nós conhecemos a realidade económica nacional e todos nós sabemos que o ano 2011 foi particularmente difícil para a nossa economia. Apesar disso, a nossa autonomia financeira cresceu 3,7% apresentando um rácio de 58,9%. Quanto à liquidez, o rácio é de 1,43, refletindo um aumento de 0,29. Ambas face a 2010.

De salientar o esforço que a Ordem fez no sentido de reduzir o passivo.

«À Ordem, no cumprimento da sua função institucional e no apoio permanente que tem vindo a dar à profissão, compete-lhe incentivar e motivar os seus membros para os desafios, encontrando espaços e soluções para uma nova realidade.» Por outro lado, à preocupação institucional temos de ter a consciência social individual de cada membro. E voltando a citar o mesmo texto, «(...) no domínio profissional, cada interveniente tem o seu papel a desempenhar.» É com estas preocupações em pano de fundo e transcritas do Plano de Atividades e Orçamento para 2011, que apresentamos os valores e os quadros abaixo, evidenciando assim, a preocupação em concretizar objetivos com ações que estão refletidas nas contas ora divulgadas.

Preocupações de ordem social e ambiental cada vez mais têm vindo a ser uma bandeira da nossa instituição.

Não apenas com o objetivo de fazer chegar a formação profissional a todos os recantos do país, a disponibilizar representações de Norte a Sul e pelas Regiões Autónomas, mas também fornecendo instrumentos de caráter social extensivos a todos os membros e, nalgumas situações mais delicadas aos membros com acrescidas dificuldades.

No âmbito desta preocupação e dada a natureza da nossa Ordem, todos os gastos revertem, como é óbvio, para a missão e o objeto da instituição, isto é, em benefício direto e indireto dos seus membros. No entanto, o que pretendemos aqui evidenciar é o retorno das receitas da OTOC a favor dos seus membros, isto é, a devolução de parte das suas quotas através de bens e serviços em benefício exclusivo dos seus membros. De facto, a capacidade financeira e a gestão que tem vindo a ser implementada ao longo dos anos, suportada na dimensão e universo dos seus membros conferem uma capacidade negocial junto de vários dos nossos parceiros fornecedores de diversos bens e serviços que se reflete na esfera pessoal dos membros, como é o caso do seguro de saúde, do seguro de responsabilidade civil profissional, do SITOC, da revista TOC, etc.

XIII.II Análise financeira

Atividade social desenvolvida

No quadro abaixo, apresenta-se os gastos mais relevantes:

Rubricas	Gastos 2011	% s/ total	Gastos 2010	% s/ total
Seguro responsabilidade civil dos TOC	445 748	10,75%	638 269	13,03%
Seguro de saúde dos TOC	888 132	21,43%	872 995	17,83%
SITOC	320 140	7,72%	373 364	7,62%
Revista TOC	1 068 532	25,78%	976 768	19,95%
Revista Contabilidade e Gestão	35 666	0,86%	144 293	2,95%
Revista SNC	0	0,00%	61 580	1,26%
Livro SNC/POC	0	0,00%	89 757	1,83%
Revista IDEFF	15 248	0,37%	15 072	0,31%
Fundo de pensões	156 351	3,77%	389 243	7,95%
Reuniões livres	348 519	8,41%	380 982	7,78%
Noites SNC			124 765	2,55%
Fundo de Solidariedade Social	58 863	1,42%	42 037	0,86%
Departamento técnico	504 305	12,17%	468 766	9,57%
Representações	303 708	7,33%	318 799	6,51%
Total	4 145 211	100%	4 896 690	100%

Apesar de todos os membros terem igual direito a aceder aos benefícios constantes do quadro acima, temos plena consciência que nem todos usufruem deles por igual. No período em análise, 31 membros beneficiaram do Fundo de Solidariedade Social, mais seis que no período anterior. Apesar de, em 2011, representar 1,76% destes gastos, podemos constatar o aumento do gasto com o fundo de solidariedade social, certamente, por razões que ninguém para si deseja. No entanto, todos os outros gastos foram disponibilizados para todos os membros na plenitude dos direitos.

Se fizermos refletir na esfera individual de cada um dos membros estes gastos diretos, teremos assim um retorno anual *per capita* de 57,49 euros, conforme quadro abaixo.

	2011	2010
Número de membros	72 104	73 419
Devolução média anual	57,49 €	66,70 €
Devolução média mensal	4,79 €	5,56 €

O retorno que ocorreu em 2010 é superior ao verificado no ano 2011. Também se pode constatar que se deve aos gastos com a formação e informação no âmbito

do SNC, matéria em que a OTOC apostou forte para levar a todos os seus membros a informação sobre o sistema contabilístico que entrou em vigor em janeiro de 2010 a que corresponderam gastos diretos no valor de 276 102 euros.

Além do facto de as nossas quotas serem das mais baixas praticadas no universo das instituições profissionais, o valor da «devolução» aos membros corresponde a cerca de metade das suas quotas.

Por outro lado, as preocupações ambientais estão na ordem do dia dos responsáveis da nossa instituição. A substituição das cartas/aviso para pagamento das quotas por mensagens eletrónicas, além de contribuir para uma redução de gastos na ordem dos 80 mil euros anuais, contribuiu, também, para uma redução do consumo das nossas florestas. Outro contributo similar foi a resultante da disponibilização da revista científica «Contabilidade e Gestão» através do portal, permitindo a acessibilidade a todos os membros, mas deixando livre a sua impressão consoante as necessidades. A parte mais importante, isto é, os conteúdos estão sempre disponíveis para os membros. No entanto, temos uma poupança devida à suspensão da produção em papel e envio. E, sobretudo, a natureza agradece. A implementação da nova forma de acesso dos membros ao SITOC levou a que prescindíssemos da produção de centenas de milhares de CD, com a redução de gastos na sua produção, reprodução e distribuição, para além do impacto ambiental que isso acarretava. Os benefícios, quer económicos quer ambientais, superam os custos pessoais da adaptação bem como os gastos com a sua implementação.

Last but not least, todos nós sabemos da situação de crise que a nossa economia atravessa. Também nesta matéria, tivemos a preocupação de contribuir para atenuá-la. A nossa atuação é limitada. No entanto, dentro do nosso universo de responsabilidades e atuação, contribuímos, certamente. E a forma que achámos mais adequada foi a redução dos prazos médios de pagamento. Conforme se constata pelos vários quadros que fazem parte deste relato, podemos verificar que os saldos dos nossos fornecedores e credores estão substancialmente reduzidos, comparativamente com o exercício anterior.

A nossa atuação nestas áreas não se esgota nestes aspetos. Quisemos apenas evidenciar alguns dos mais significativos e deixar expresso neste relato que as componentes social e ambiental fazem parte das preocupações na gestão diária.

A terminar este capítulo, que fique aqui também expresso que, contámos e continuaremos a contar com as sugestões de todos os membros desta instituição, construtores do projeto OTOC, para melhorar ainda mais o desempenho na gestão do património da classe contabilista portuguesa.

Os investimentos realizados, no ano de 2011, perfizeram um total de 246 898 euros, distribuídos por equipamento de transporte e equipamento administrativo. No investimento do equipamento administrativo, o grosso deste valor foi aplicado na aquisição de *hardware* e *software*, imprescindíveis ao funcionamento da instituição, como facilmente se pode compreender.

Investimentos

Investimentos	2011	2010
Equipamento de transporte	18 250	0
Equipamento administrativo	228 648	239 116
Outros ativos fixos tangíveis	0	46 800
Investimentos em curso - Ativos tangíveis	0	50 105
Total	246 898	336 020

XIV

Balanço, demonstrações e anexos

Balanço
em 31 de dezembro
de 2011

Balanço em 31 de dezembro de 2011			
Rubricas	Notas	2011	2010
Ativo			
Ativo não corrente			
Bens do património histórico e cultural	6	46 800	46 800
Ativos fixos tangíveis	6/7	14 349 145	14 675 239
Propriedades de investimento	8	2 219 666	2 259 641
Outros ativos financeiros	14.5	250 000	250 000
Subtotal		16 865 612	17 231 679
Ativo corrente			
Inventários	9	63 661	107 474
Adiantamentos a fornecedores	14.1	16 844	3 330
Estado e outros entes públicos	16.1	4 214	
Membros	14.1/14.2	1 991 446	2 731 582
Outras contas a receber	14.1	207 389	124 435
Diferimentos	16.2	304 264	245 458
Caixa e depósitos bancários	14.3	2 902 266	880 748
Subtotal		5 490 085	4 093 028
Total do ativo		22 355 696	21 324 707
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.3	11 531 907	11 178 572
Resultados transitados	5	-13 904	-127 965
Outras variações nos fundos patrimoniais	16.3	191 137	207 962
Subtotal		11 709 140	11 258 569
Resultado líquido do período		1 466 119	509 434
Total dos fundos patrimoniais		13 175 260	11 768 003
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14.4	5 340 421	5 941 208
Subtotal		5 340 421	5 941 208

Balço em 31 de dezembro de 2011			
Rubricas	Notas	2011	2010
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1	486 468	900 928
Estado e outros entes públicos	16.1	131 171	146 015
Financiamentos obtidos	14.4	1 620 694	641 271
Outras contas a pagar	14.1/15	1 120 873	1 207 245
Diferimentos	16.2	480 811	720 038
Subtotal		3 840 016	3 615 496
Total do passivo		9 180 436	9 556 704
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22 355 696	21 324 707

Rendimentos e gastos	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	10	14 591 087	14 102 146
Subsídios à explorao		69 378	116 626
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-60 765	-133 952
Fornecimentos e serviços externos		-9 038 899	-9 977 577
Gastos com pessoal	15	-3 845 761	-3 726 050
Imparidade de dvidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-435 919	-94 418
Outros rendimentos e ganhos	8/10/11	1 164 344	1 058 885
Outros gastos e perdas		-274 710	-230 058
Resultado antes de depreciaes, gastos de financiamento e impostos		2 168 753	1 115 601
Gastos / reversões de depreciao e de amortizao	6	-553 727	-527 389
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 615 026	588 212
Juros e rendimentos similares obtidos	10	27 194	
Juros e gastos similares suportados		-159 919	-72 407
Resultado antes de impostos		1 482 301	515 805
Impostos sobre o rendimento do período	13	-16 182	-6 370
Resultado líquido do período		1 466 119	509 434

Demonstrao dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2011

Demonstração
dos fluxos de caixa
do período findo
em 31 de dezembro
de 2011

Rubricas	Notas	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de membros		16 110 512	15 208 522
Pagamentos a fornecedores		-10 779 041	-12 089 058
Pagamentos ao pessoal		-3 663 935	-3 561 487
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		1 667 536	-442 023
Outros recebimentos/pagamentos		114 525	178 160
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		1 782 061	-263 863
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-224 441	-113 216
Investimentos financeiros		0	-250 000
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		165 184	401 733
Juros e rendimentos similares		51 110	24 328
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>		-8 147	62 845
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 350 000	890 000
Juros de financiamentos obtidos		20 980	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-350 000	-890 000
Financiamentos obtidos de locação financeira		-621 365	-643 925
Juros e gastos similares		-152 034	-71 047
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>		247 582	-714 972
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2 021 496	-915 990
Efeitos das diferenças de câmbio		22	81
Caixa e seus equivalentes no início do período		880 748	1 796 738
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 902 266	880 748

<i>Reconciliação dos fundos patrimoniais</i>	Fundos	Reservas Fundo solidariedade social	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2010 (ESNL)	11 178 572	207 962	-127 965	523 338	11 781 907
Correcções de erros por efeitos retrospectivos				-13 904	-13 904
Posição em 31 de dezembro de 2010 reexpressa	11 178 572	207 962	-127 965	509 434	11 768 003
Posição em 1 de janeiro de 2011 (ESNL)	11 178 572	207 962	-127 965	523 338	11 781 907
Resultado líquido do período de 2010			523 338	-523 338	0
Outras variações	353 335	-16 825	-409 276	1 466 119	1 393 353
Posição em 31 de dezembro de 2011 (ESNL)	11 531 907	191 137	-13 904	1 466 119	13 175 260

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2011

Anexo

1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 | Designação da entidade: *Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*

1.2 | Sede: *Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa*

1.3 | Natureza da atividade: A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) é uma pessoa coletiva pública de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro. À OTOC compete representar, mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos técnicos oficiais de contas e superintender em todos os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

1.4 | Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, por opção, de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março - Código de Contas;

Aviso n.º 6 726 - B/2011 - 14 de março - NCRF-ESNL;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2 | Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 | Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

a) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2010 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2011.

2.4 | Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL - divulgação transitória:

Em 31 de dezembro de 2010, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Como a normalização contabilística para as ESNL advém do Sistema de Normalização Contabilística, o período de 2010 foi reexpresso relativo apenas às especificidades inerentes, para efeitos comparativos e de forma a estar de acordo com a NCRF-ESNL, não existindo ajustamentos de transição.

A reexpressão verificou-se apenas na reclassificação do montante de 46 800 euros da rubrica de «Outros ativos tangíveis» para a rubrica de «Bens do património histórico e cultural».

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da OTOC, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são

determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos existentes em moeda física na entidade. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do período na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (manuais de formação, livro «Anotações ao SNC», patrocínios, publicidade na Revista **TOC**, inscrições ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Créditos).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

MEMBROS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS - As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos - Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações - As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos.»

Caixa e depósitos bancários - Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados - Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes - Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 | Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 | Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da OTOC.

4 | FLUXOS DE CAIXA:

4.2 | Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2011	Observações
Caixa e depósitos bancários Ativos		
Caixa	10 281	Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de janeiro
Depósitos à ordem	141 985	
Outros depósitos bancários	2 750 000	
Total	2 902 266	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da OTOC,

5 | POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Foram detetados alguns erros relativamente ao período anterior, os quais foram corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2010, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

Balço em 31 de dezembro de 2011

Rubricas	Notas	2011	2010	Reexpressão	2010
Ativo					
Ativo não corrente					
Bens do património histórico e cultural	6	46 800	46 800		46 800
Ativos fixos tangíveis	6/7	14 349 145	14 675 239		14 675 239
Propriedades de Investimento	8	2 219 666	2 259 641		2 259 641
Outros ativos financeiros	14,5	250 000	250 000		250 000
Subtotal		16 865 612	17 231 679		17 231 679
Ativo corrente					
Inventários	9	63 661	107 474		107 474
Adiantamentos a fornecedores	14,1	16 844	3 330		3 330
Estado e outros entes públicos	16,1	4 214			
Membros	14,1/14,2	1 991 446	2 731 582		2 731 582
Outras contas a receber	14,1	207 389	124 435		124 435
Diferimentos	16,2	304 264	245 458		245 458
Caixa e depósitos bancários	14,3	2 902 266	880 748		880 748
Subtotal		5 490 085	4 093 028		4 093 028
Total do ativo		22 355 696	21 324 707		21 324 707
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais					
Fundos	16,3	11 531 907	11 178 572		11 178 572
Resultados transitados	5	-13 904	-127 965		-127 965
Outras variações nos fundos patrimoniais	16,3	191 137	207 962		207 962
Subtotal		11 709 140	11 258 569		11 258 569
Resultado líquido do período		1 466 119	509 434	-13 904	523 338
Total dos fundos patrimoniais		13 175 260	11 768 003	-13 904	11 781 907
Passivo					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	14,4	5 340 421	5 941 208		5 941 208
Subtotal		5 340 421	5 941 208		5 941 208
Passivo corrente					
Fornecedores	14,1	486 468	900 928	13 389	887 539
Estado e outros entes públicos	16,1	131 171	146 015		146 015
Financiamentos obtidos	14,4	1 620 694	641 271		641 271
Outras contas a pagar	14,1/15	1 120 873	1 207 245	4 067	1 203 179
Diferimentos	16,2	480 811	720 038	-3 552	723 590
Subtotal		3 840 016	3 615 496	13 904	3 601 593
Total do passivo		9 180 436	9 556 704	13 904	9 542 801
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22 355 696	21 324 707		21 324 707

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2011

Rendimentos e gastos	Notas	2011	2010	Reexpressão	2010
Vendas e serviços prestados	10	14 591 087	14 102 146	-174	14 102 320
Subsídios à exploração		69 378	116 626		116 626
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-60 765	-133 952		-133 952
Fornecimentos e serviços externos		-9 038 899	-9 977 577	-9 837	-9 967 740
Gastos com pessoal	15	-3 845 761	-3 726 050		-3 726 050
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14,2	-435 919	-94 418		-94 418
Outros rendimentos e ganhos	8/10/11	1 164 344	1 058 885	29 348	1 029 537
Outros gastos e perdas		-274 710	-230 058	-4 000	-226 058
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 168 753	1 115 601	15 336	1 100 265
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-553 727	-527 389		-527 389
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 615 026	588 212	15 336	572 876
Juros e rendimentos similares obtidos	10	27 194		-29 240	29 240
Juros e gastos similares suportados		-159 919	-72 407		-72 407
Resultado antes de impostos		1 482 301	515 805	-13 904	529 708
Impostos sobre o rendimento do período	13	-16 182	-6 370		-6 370
Resultado líquido do período		1 466 119	509 434	-13 904	523 338

6 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) *Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.*

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2010	Adições	Abate	Transferência	31/12/2011
Bens do património histórico e cultural	46 800				46 800
Terrenos e recursos naturais	3 027 555				3 027 555
Edifícios e outras construções	12 435 144				12 435 144
Equipamento básico	0				0
Equipamento de transporte	202 182	18 250			220 432
Equipamento administrativo	3 486 368	179 025	-471 095	49 623	3 243 922
Equipamentos biológicos	0				0
Outros ativos tangíveis	227 892		-824		227 069
Investimentos em curso - ativos tangíveis	50 105			-50 105	0
Ativo tangível bruto	19 476 046	197 275	-471 918	-481	19 200 922
Depreciações acumuladas	4 754 007	513 753	-462 784		4 804 976
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0				0
Depreciação acumulada	4 754 007	513 753	-462 784	0	4 804 976
Ativo tangível líquido	14 722 039	-316 478	-9 134	-481	14 395 945

7 | LOCAÇÕES:

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo;

b) A depreciação incide sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25% do valor do terreno, que não é depreciable.

Ativo não corrente Ativo fixo tangível	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 583 129	910 400	8 672 728

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2012	> 1ano e = 5anos	>5 anos	Total
Banco Comercial Português				
Contrato n.º 450002473	620 694	2 653 395	2 687 026	5 961 114
Total das locações financeiras	620 694	2 653 395	2 687 026	5 961 114

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Ano 2012	620 694 €
Ano 2013 e seguintes	5 340 421 €
Total de médio e longo prazo	5 340 421 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

8 | PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Modelo aplicado

A entidade optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adotada consultar a nota 3.

Quantias reconhecidas nos resultados para:

Quantias reconhecidas como rendimento, na demonstração dos resultados provenientes das propriedades de investimento:

Identificação da propriedade de investimento	Montante considerado em rendimentos do período
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa	151 733

Aplicação modelo do custo:

- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas; 50 anos, taxa aplicada 2%.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período, resumem-se a:

Identificação da propriedade de investimento		12/31/11
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa		
Quantia bruta escriturada inicial		
Terrenos e recursos naturais		236 638
Edifícios e outras construções		2 196 226
		2 432 864
Depreciações acumuladas iniciais		173 224
Perdas por imparidade acumuladas iniciais		0
Quantia líquida escriturada inicial		2 259 641
Depreciações reconhecidas no período		39 975
	Saldo no final do período	2 219 666

9 | INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantia bruta	Quantia líquida	Quantia bruta	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	44 231	44 231	87 980	87 980
Mercadorias	19 430	19 430	19 495	19 495
Total	63 661	63 661	107 474	107 474

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2011		2010	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	19 495	87 980	8 801	34 426
Compras	532	16 421	50 869	147 331
Saldo final	-19 430	-44 231	-19 495	-87 980
Gastos no período	597	60 169	40 175	93 777

10 | RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31/12/2011	31/12/2010	Varição
Vendas			
Livros	314	18 439	-18 125
Brochuras das ações de formação	4 920	5 710	-790
Prestação de serviços			
Jóias	122 900	106 800	16 100
Quotização			
Membros efetivos	10 479 024	10 510 788	-31 764
Membros suspensos	181 422	181 992	-570
Inscrições ações de formação:			
Formação eventual	1 364 698	1 517 696	-152 998
Formação segmentada	981 120	691 344	289 776
Formação permanente	48 384	30 624	17 760
Formação à distância	838 304	549 168	289 136
Formação recorrente	14 720	31 600	-16 880
Conferências	258 674	119 495	139 179
Vinhetas	106 908	114 818	-7 910
Multas	189 700	223 847	-34 147
Outros rendimentos e ganhos			
Encontro Nacional dos TOC	3 274	12 526	-9 252
Taxas e emolumentos e outros	789 023	743 051	45 972
Publicidade	68 720	77 560	-8 840
Patrocínios	69 378	116 626	-47 248
Rendas de propriedades de investimento	151 733	151 733	0
Juros			
Depósitos bancários	130 245	29 240	101 005
Total	15 803 459	15 233 056	570 403

11 | EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio divulgadas pelo Banco de Portugal:

Moeda	31/12/2011	31/12/2010
\$ dólar	1,2939	1,3362

12 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 6 de março de 2012.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

13 | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser detalhados como segue:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Descrição	2011	2010
Resultado antes de impostos	1 482 301	529 708
Resultado antes de impostos sujeito	75 266	31 851
Taxa de imposto (II)	21,50%	20,00%
Imposto esperado (I x II)	16 182	6 370
Imposto sobre o rendimento (III)	16 182	6 370
Taxa efetiva de imposto (III / I)	21,50%	20,00%

14 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

14.1 | Fornecedores/ membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Fornecedores/ membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2011			31/12/2010		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Membros	3 469 291	1 477 845	1 991 446	3 773 508	1 041 925	2 731 582
Adiantamentos a fornecedores	16 844		16 844	3 330		3 330
Outras contas a receber	207 389		207 389	124 435		124 435
Total do ativo	3 693 524	1 477 845	2 215 680	3 901 273	1 041 925	2 859 348
Passivos						
Fornecedores	486 468		486 468	900 928		900 928
Outras contas a pagar	1 120 873		1 120 873	1 207 245		1 207 245
Total do passivo	1 607 340	0	1 607 340	2 108 173	0	2 108 173
Total líquido	2 086 184	1 477 845	608 340	1 793 100	1 041 925	751 175

14.2 | Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	2011		2010	
	Dívidas dos membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívidas dos membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros
Até 12 meses	1 050 594	0	1 486 044	0
De 13 a 18 meses	122 844	18 427	200 928	30 139
De 19 a 24 meses	166 872	41 718	125 927	31 482
De 25 a 60 meses	716 142	358 071	1 960 609	980 304
Superior a 60 meses	1 412 839	1 059 629		
Total	3 469 291	1 477 845	3 773 508	1 041 925

Descrição	31/12/2011		
	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber			
Membros	462 481	26 562	435 919
Total	462 481	26 562	435 919

14.3 | Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	10 281	21 744
Depósitos à ordem	141 985	259 004
Outros depósitos bancários	2 750 000	600 000
Total	2 902 266	880 748

14.4 | Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Financiamentos obtidos» por via da locação financeira (ver nota 7), apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31/12/2011			31/12/2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Banco Comercial Português	620 694	5 340 421	5 961 114	641 271	5 941 208	6 582 479

	31/12/2011	31/12/2010
Financiamentos obtidos - Não correntes		
1 a 2 anos	637 305	649 956
2 a 3 anos	654 361	658 759
3 a 4 anos	671 874	667 681
4 a 5 anos	689 855	676 723
Mais de 5 anos	2 687 026	3 288 089
Total	5 340 421	5 941 208

Por via de empréstimos bancários, é conforme a decomposição:

Descrição	31/12/2011	
	Corrente	Total
Financiamentos obtidos		
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1 000 000	1 000 000

14.5 | Outros ativos financeiros

Trata-se de um depósito a prazo afeto ao fundo de solidariedade social, de acordo com a aprovação de contas de 2010.

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Não corrente	Total	Não corrente	Total
Outros instrumentos financeiros				
Ativos				
Outros investimentos financeiros	250 000	250 000	250 000	250 000
Total	250 000	250 000	250 000	250 000

15 | Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31/12/2011
Remunerações dos órgãos da OTOC	729 507
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OTOC	130 500
Outros gastos	17 687
Remunerações do pessoal da OTOC	2 381 580
Encargos sobre remunerações do pessoal da OTOC	466 639
Outros gastos	119 847
Total	3 845 761

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação e seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

16 | Outras informações

16.1 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Estado e outros entes públicos				
Ativos				
Imposto sobre o rendimento	4 214	4 214	0	0
Total do Ativo	4 214	4 214	0	0
Passivos				
Imposto sobre o rendimento	0	0	105	105
Retenção de impostos sobre rendimentos	60 217	60 217	74 580	74 580
Imposto sobre o valor acrescentado	5 643	5 643	7 386	7 386
Contribuições para a segurança social	65 312	65 312	63 944	63 944
Total do passivo	131 171	131 171	146 015	146 015
Total líquido	126 957	126 957	146 015	146 015

16.2 | Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31/12/2011		31/12/2010	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativos				
Gastos a reconhecer				
Contratos de manutenção de <i>software</i>	162 911	162 911	86 157	86 157
Material de economato	23 628	23 628	51 796	51 796
Juros - Contrato de <i>leasing</i>	10 687	10 687	5 490	5 490
Outros				
Aluguer de salas	0	0	20 618	20 618
Aluguer de equipamento	0	0	1 133	1 133
Seguro de doença	35 750	35 750	31 530	31 530
Seguro responsabilidade civil	34 971	34 971	34 971	34 971
Consultores externos	0	0	6 691	6 691
Quotizações	29 000	29 000	0	0
Outros - seguros	7 317	7 317	7 072	7 072
Total	304 264	304 264	245 458	245 458
Passivos				
Rendimentos a reconhecer				
Jóias, quotização, inscrições na formação, rendas	480 811	480 811	720 038	720 038
Total	480 811	480 811	720 038	720 038





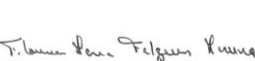



16.3 | Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31/12/2011	31/12/2010
Fundos	11 531 907	11 178 572
Outras variações de fundos patrimoniais	191 137	207 962
Resultados transitados	-13 904	-127 965
Resultado líquido do período	1 466 119	509 434
Total	13 175 260	11 768 003

De salientar que durante o exercício de 2011, 31 membros beneficiaram do Fundo Social, no total de 58 863 euros.

Lisboa, 6 de março de 2012

TOC n.º 7 605	Conselho Diretivo						
	Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
							
Ana Teresa Pina	Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena Felgueiras Moreira	Manuel Vieira	Ezequiel Fernandes	Rita Cordeiro

Considerações finais

XV

O relatório já vai extenso, contudo, deixamos ainda algumas notas em jeito de conclusão.

Admitimos que muitos aspetos, com vista à sua melhor compreensão, talvez devessem ser melhor explicitados. Porventura, devido à sua importância e dimensão o relato deveria ser mais pormenorizado. São as dúvidas naturais que assaltam quem quer servir cada vez mais e melhor, de quem deu o que é humanamente possível em prol de uma causa que, sendo de todos, também é sua, e que, embora sendo coletiva, porque por nós criada e alimentada, vemos como uma espécie de filho para quem desejamos o melhor.

São sensações comuns? Talvez. Mas quem as observa como fatos consumados, dificilmente sente a adrenalina própria de quem as cria, de quem as alimenta e de quem sente o seu pulsar de todos os dias.

O pulsar do desafio de vencer o futuro. O ritmo de quem aceita construir sempre algo de novo, algo de diferente, desde que melhor para a nossa profissão.

O desafio de vencer as dificuldades que nos surgem todos os dias. A necessária paciência e inteligência para conduzir problemas por vezes estruturalmente complexos, procurando pela pedagogia, pelo bom senso encontrar junto dos profissionais a necessária motivação não só para seguirmos em frente, mas acima de tudo convencer os outros a seguir o mesmo rumo.

É que, ideias para a profissão, praticamente todos somos capazes de ter.

Convencer os outros a seguir as nossas é que já nem todos conseguem. Modéstia à parte, temos tido essa virtude, temos tido a capacidade de demonstrar e convencer que o caminho que temos vindo a trilhar, embora árduo, é o único que nos pode conduzir na senda do progresso e do sucesso profissional.

Queremos continuar a ousar, queremos continuar a questionar. Queremos continuar a sonhar que é possível irmos mais além, fazendo mais e melhor.

A forma indireta como temos vindo a abordar algumas realidades bem complexas da nossa profissão, em nosso entender, é o melhor caminho a percorrer para construir uma profissão diferente e com mais qualidade.

Conhecemos, infelizmente, alguns atos, procedimentos ou manifestações que nos desapontam, que em boa medida contrariam o que no terreno procuramos construir todos os dias.

Mas mesmo essas manifestações, embora drasticamente negativas, considerámo-las mais de natureza accidental e não de natureza estrutural.

As avenças demasiado baixas com que muitos aliciam os clientes de outros profissionais, são reveladoras da falta de qualidade dos seus autores e de um manifesto desrespeito pelos valores éticos e deontológicos aplicados à profissão.

Mas o mais importante neste e noutros processos é que os preços praticados não possibilitam um mínimo de qualidade e serão os próprios empresários e empresas quando se aperceberem do custo daquela falta de qualidade, os primeiros a condenar tais atitudes.

As contas e os factos que no presente relatamos e demonstramos, constituem a certeza de que nos encontramos no caminho certo.

Não obstante a contingência que, pela sua própria natureza, estão sujeitos os níveis de execução obtidos, eles reveladores dos cuidados de rigor que nortearam a sua elaboração.

Na verdade, conseguir índices de execução de 99,6% ao nível da receita, isto é, apenas uma variação de 0,4%, é algo que não envergonha atribuir-lhe o caráter de cientificidade.

No que concerne aos gastos, mesmo com a estratégia de consolidar a vida financeira da instituição, os níveis de execução neste domínio atingem 93,68%, o que demonstra uma variação de 6,32%, o que muito dignifica não só quem elaborou e executou os documentos previsionais.

Se fizermos um exercício no capítulo dos gastos, atribuindo a verba destinada ao fundo de pensões, então o nível de execução seria de 99,41%, ou seja, uma variação de 0,59 %.

O que se descreve, sendo revelador do rigor que colocamos na gestão da Instituição, não deixa também de ser demonstrativo da seriedade e do rigor que se colocou na elaboração das peças previsionais (Plano de Atividades e Orçamento), o que enobrece a Ordem e a profissão, pois trabalhando nós com números, antes de aconselharmos aos outros rigor e seriedade, temos de o demonstrar na nossa própria casa.

Tudo isto, e muito mais, faz parte de uma profissão em permanente e profunda mudança, sendo que, para a conduzir a bom porto, é necessário saber de onde vimos, onde estamos e para onde vamos.

O objetivo central da nossa agenda permanente é uma profissão melhor para todos os técnicos oficiais de contas que a executam. Se o conseguirmos, damos por bem empregue todo o nosso esforço. Se o não conseguirmos, teremos a plena consciência de que fizemos tudo o que foi humanamente possível para lograr esse objetivo e a nossa promessa de que vamos continuar a esforçar-nos para fazermos melhor.

É nessa expectativa que o Conselho Diretivo da Ordem, apresenta à Assembleia Geral a seguinte:

Proposta

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2011.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação de resultados:
 - a. A importância de 58 862,52 euros para o fundo de solidariedade social
 - b. A importância de 13 903,56 para resultados transitados
 - c. A importância de 1 393 353,19 euros para o fundo patrimonial.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa Instituição no período relatado.

Lisboa, 6 de março de 2012

O Conselho Diretivo,

Bastonário

Vice-presidente

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal



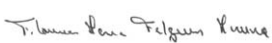
Domingues
de Azevedo



Armando Pereira
Marques



Jaime Soares
dos Santos



Filomena Felgueiras
Moreira



Manuel
Vieira



Ezequiel
Fernandes



Rita Cordeiro

Parecer do Conselho Superior sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2011

O Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas reuniu, em plenário, no dia 6 de março de 2012, a fim de se pronunciar, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º C do EOTOC, sobre o Relatório e Contas da Ordem relativos ao exercício de 2011, a apresentar, pelo Conselho Diretivo, à Assembleia Geral, para discussão e aprovação nos termos estatutários.

O Conselho Superior fez uma ampla e aprofundada avaliação do conteúdo dos referidos documentos e, após troca de informações entre os seus membros, observou o seguinte:

- 1 | Não foram verificados desvios significativos entre os objetivos programáticos da Instituição, tal como foram aprovados pela Assembleia Geral da Ordem, e constam do respetivo Plano de Atividades e, a sua concretização durante o ano de 2011;
- 2 | Foi constatada uma elevada execução orçamental que se situa à volta de 94 por cento ao nível da despesa e de cerca de 99 por cento ao nível da receita, o que significa quer a qualidade dos documentos de previsão quer a excelente aplicação dos mesmos;
- 3 | Apesar da continuação de um clima global de incerteza económica e financeira no país, as contas da OTOC encontram-se estabilizadas e nos parâmetros de segurança aprovados pela Assembleia Geral;
- 4 | Durante o ano de 2011, verificou-se uma dinâmica muito forte na atividade da Ordem, traduzida nas múltiplas ações concretizadas, no aumento significativo da formação e no reforço da interação permanente com os membros;
- 5 | Esta dinâmica foi acompanhada de significativa melhoria da informação interna que permitiu medir o grau de realização de cada serviço e definir as boas práticas que devem orientar cada atividade setorial;
- 6 | De igual modo, foi possível verificar que durante o exercício de 2011, o grau de desempenho de todos os órgãos sociais e da esmagadora maioria dos colaboradores foi muito bom, contribuindo para a excelente imagem externa da Ordem;
- 7 | A política de comunicação da Ordem sofreu, durante o exercício em análise, um considerável desenvolvimento que se materializou numa presença constante de representantes da instituição nos meios de comunicação social o

que, para lá de se traduzir na prestação de um serviço à comunidade, reforçou o papel social da OTOC; esta ação foi, aliás, reforçada com a realização de múltiplos colóquios e conferências que atingiram os mesmos objetivos e, em paralelo, contribuíram para a formação dos membros que participaram nessas iniciativas;

8 | Durante o ano de 2011, sobre o qual incide a avaliação do Conselho, manteve-se como objetivo prioritário que caracterizou todas as ações, a ideia de que os profissionais inscritos na Ordem são verdadeiros criadores de valor; foi, aliás, em obediência a este princípio que foram desenhados e concretizados os diversos planos de formação;

9 | A Ordem apostou, em 2011, no reforço da sua credibilidade e inserção social sendo que esta aposta começa a dar frutos visíveis como, aliás, resulta da atribuição ao Bastonário do grau de *Especialista Honoris Causa* pelo Instituto Politécnico de Lisboa, com a qual o Conselho Superior se congratula;

10 | O Relatório, sob análise, bem como as respetivas contas, encontram-se bem estruturadas, são de fácil compreensão, suficientemente descritivas das atividades desenvolvidas e, por isso, cumprem a função informativa que estatutariamente lhes é atribuída.










Nestes termos, e com estas avaliações, o Conselho Superior da OTOC:

a) Congratula os órgãos da OTOC e, em especial, o Bastonário, pelo elevado grau e qualidade das realizações concretizadas, ao serviço da Ordem, durante o exercício de 2011;

b) Delibera, por unanimidade, emitir um parecer nos termos estatutários, no sentido que o Relatório de Atividades e as Contas do exercício de 2011 demonstram total conformidade entre os objetivos iniciais aprovados e a concretização das ações, pelo que os documentos devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Lisboa, 6 de março de 2012

O Conselho Superior,

Bastonário	Vice-presidente	Rep. do Centro	Rep. do Sul	Rep. da Madeira	Rep. dos Açores	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado
								
Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	José das Neves Raimundo	António Nabo	Carlos Pinto	Fernando Andrade	António José Alves da Silva	João Lopes Ribeiro	Leonel Pontes

Relatório anual

da atividade fiscalizadora de 2011

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea d) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua atividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à Assembleia Geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o EOTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da atividade fiscalizadora desenvolvida.

2. ÂMBITO

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art.º 37.º do EOTOC, fiscalizámos o cumprimento do plano de atividades e orçamento, a atividade administrativa do Conselho Diretivo (CD) e examinámos os documentos e os registos contabilísticos. Em consequência do exame efetuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas do CD, nos termos da mencionada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, com data de 12 de março de 2012, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

3.1 Organização Interna do CF

A organização interna do CF obedece a um Regulamento de Funcionamento aprovado no mandato de 2002-2004, tendo o atual CF deliberado mantê-lo.

A palavra «fiscalizar» significa «verificar o bom cumprimento de normas, leis ou quaisquer regras ou disposições» ou «observar atentamente o cumprimento dos deveres, obrigações de alguém» (*in* Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, Ed. Verbo, Lisboa, 2001, pg. 1759).

Neste contexto, o CF tem desenvolvido a sua ação fiscalizadora numa dupla perspetiva:

- *A posteriori* ou reativa – Em função da realização efetiva das atividades, em que o CF apresenta sugestões/recomendações e relatórios/memorandos visando a evidenciação dos resultados e a melhoria do desempenho dessas atividades no futuro, especialmente nas que são recorrentes (por exemplo, ações de formação).

-
- Apriorística ou proativa – Sempre que o CF apresenta sugestões/recomendações antes da realização das atividades constantes expressamente do Plano de Atividades;

Para a prossecução dessas competências estatutárias o CF desenvolveu, entre outros, os seguintes procedimentos:

3.2 Competências do CF

Na sequência de algumas dúvidas sobre a atividade fiscalizadora, o CF do mandato de 2002/2004 elaborou um relatório intitulado «Documento para debate», enviado a todos os Órgãos da Ordem, no qual clarificou as suas competências no âmbito do art.º 37.º do EOTOC e suscitou a sua opinião, visando diminuir o *expectation gap* da ação fiscalizadora.

O CF procedeu à reanálise dos pontos essenciais do documento, tendo o mesmo sido ratificado, considerando a sua importância como documento estruturante da atividade do CF.

Além disso, o CF sugeriu ao CD a alteração do EOTOC no sentido de o mesmo contemplar mais duas competências do CF (elaborar parecer sobre o plano de atividades e orçamento e fiscalizar o cumprimento da lei, estatutos e regulamentos, assim como as deliberações das Assembleias Gerais), visando eliminar, definitivamente, tais dúvidas, o que não veio a ocorrer com a alteração do EOTOC pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro.

O CF entende que tais competências, e mais especificamente a segunda, estão em sintonia com os estatutos de grande parte das associações e ordens profissionais, pelo que mantém essa sugestão para ulterior alteração estatutária.

3.3 Reuniões

Em 2011 o CF realizou dez reuniões (12 em 2010).

3.4 Plano de Atividades e Orçamento para 2012

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 37.º do EOTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do plano de atividades e orçamento (PAO) da OTOC.

O art.º 37.º do EOTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos (é uma das referidas sugestões do CF de alteração do EOTOC) mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, objetivamente, o PAO.

No entanto, a exemplo de anos anteriores em Assembleia Geral realizada em 17 de dezembro de 2011, o presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a intervenção do CF no sentido da emissão de um parecer informal sobre o PAO de 2012, tendo o mesmo sido favorável.

3.5 Acompanhamento das atividades dos outros Órgãos da Ordem

A fiscalização do PAO da Ordem pressupõe que o CF deve supervisionar a atividade de todos os Órgãos da OTOC, pelo que a atuação do CF teve em conta esse pressuposto.

Um dos procedimentos do CF para fiscalização da atividade dos Órgãos da OTOC foi o de analisar as respetivas atas das reuniões, tendo sido verificadas as da Assembleia Geral, do Conselho Diretivo e do Conselho Superior, sobre as quais, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou os respetivos esclarecimentos. O atual Conselho Disciplinar, de acordo com documento enviado ao CF anterior, mantém a decisão de não disponibilizar as atas das respetivas reuniões, por considerar que as características da sua atividade assumem um caráter sigiloso. Além disso, o CF analisou os relatórios de atividades dos restantes Órgãos, os quais estão em conformidade com as respetivas competências estatutárias, sendo que o relatório de atividades do Conselho Diretivo descreve as suas principais atividades.

3.6 Acompanhamento das atividades dos departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalhos

Considerando que os departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à atividade administrativa do Conselho Diretivo e do Bastonário, o CF entende que a sua ação fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respetivas atividades, face ao estatuído na parte final da alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, relativamente à referência «fiscalizar a sua atividade administrativa.»

Neste contexto, o CF solicitou ao CD os relatórios das atividades das comissões técnicas, os quais reproduzem o trabalho desenvolvido durante o ano, sendo que as mais relevantes são descritas no relatório de atividades do Conselho Diretivo.

3.7 Notas de recomendações

O CF apresentou algumas notas de recomendações aos Órgãos da Ordem e, em especial, ao Conselho Diretivo.

3.8 Outros procedimentos

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões e/ou entrevistas com os diretores e com responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da OTOC;
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, bem como os correspondentes anexos, com as normas do ESNL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.
- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no anexo, designadamente no que concerne a depreciações e amortizações, perdas de imparidade de dívidas

a receber, acréscimos e diferimentos ativos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;

e) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Ordem;

f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- Inspeção física dos principais elementos do ativo fixo tangível, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelos serviços de contabilidade da Ordem;
- Análise das situações justificativas das perdas por imparidade em ativos e de pro-visões para responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- Análise e teste dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Sugestões de assentos contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes. As demonstrações financeiras traduzem tais operações.

g) Análise dos relatórios elaborados pelos auditores externos, os quais serviram de base para verificações complementares do CF.

3.9 Destaque a algumas atividades e assuntos

O CF destaca as seguintes atividades e assuntos, alguns dos quais são recorrentes:

3.9.1 Seguro de responsabilidade civil

O n.º 4 do art.º 52.º do EOTOC estabelece que os TOC com inscrição em vigor devem subscrever, por si ou através da Ordem, um contrato de seguro de responsabilidade civil e profissional de valor nunca inferior a 50 mil euros.

Como é referido no relatório de atividades, o CD deliberou manter em 2011 o respetivo pagamento.

3.9.2 Auditoria externa

Considerando que os Órgãos da OTOC são eleitos em lista apresentada a sufrágio, incluindo, portanto, o CF, opinamos que se justifica a manutenção da auditoria externa por uma entidade independente, pelo que concordamos com a deliberação do Conselho Diretivo na permanência desses serviços, os quais têm sido adjudicados, desde a constituição da OTOC, à sociedade «Oliveira, Reis & Associados», Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na Ordem dos ROC com o n.º 23, com sede em Lisboa.

O CF mantém o entendimento de que se justifica uma rotatividade desses serviços. No entanto, o Conselho Diretivo manteve a decisão de selecionar a mesma SROC, que se mantém desde a data da constituição da OTOC, argumentando que esta tem cumprido as suas responsabilidades, o que o CF considera não constituir um argumento suficiente.

Além do relatório de auditoria, elaborado nos termos do art.º 44.º do Estatuto da Ordem dos ROC (EOROC), reportado a 31 de dezembro de 2011, os auditores externos elaboraram um relatório anual reportado à mesma data e um relatório de auditoria intercalar datado de 29 de dezembro de 2011, estes a título facultativo, pois não são exigidos pelo EOROC, desenvolvendo os testes de conformidade sobre o controlo interno, apresentando sugestões ao Conselho Diretivo para a sua melhoria, as quais têm servido de orientação para o CF efetuar algumas recomendações ao Conselho Diretivo.

3.9.3 Serviço de respostas *online*

No PAO de 2011 o CD destacou a implementação de um serviço de resposta *online*, através da Internet, possibilitando por essa via, *just in time*, as respostas a questões simples colocadas pelos membros, o que não se verificou.

3.9.4 Curso de preparação para acesso à profissão

Em 2007, O CF sugeriu ao Conselho Diretivo a realização de um «Curso de Preparação de Acesso à Profissão». Na sequência, o Conselho Diretivo designou uma «Comissão Eventual» (conforme notícia na Revista **TOC** n.º 84, de março de 2007, p. 28 e PAO/2007), a qual apresentou o respetivo relatório. No entanto, o Conselho Diretivo ainda não procedeu à implementação do curso, nem o PAO 2012 o prevê, pelo que o CF mantém a sua sugestão.

4. RELATÓRIO E CONTAS

4.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 contemplam os assentos con-tabilísticos apresentados pelo CD, salientando-se, porém, os seguintes factos:

a) Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2010, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Ordem utilizou em 2010 aquele normativo. Porém, com a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem passou a utilizar, por opção, as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos (ESNL), instrumentos legais da NCRF-ESNL, Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras, portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de Contas e Aviso n.º 6 726 – B/2011 de 14 de março.

b) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo, salientando-se as resultantes da aplicação das características qualitativas do

regime de acréscimo e da prudência (por exemplo, perdas por imparidade de dívidas a receber), o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Ordem;

c) Desde o início da atividade da OTOC que os resultados líquidos dos períodos têm registado valores positivos. O resultado líquido do período de 2011, positivo em 1 466 119 euros subiu significativamente em relação ao período anterior (523 338 euros), devido, essencialmente, à boa gestão da Ordem.

d) As dívidas de quotizações dos membros em 31/12/2011 diminuíram ligeiramente para 3 469 291 euros (em 2010 eram de 3 773 508 euros), das quais se encontram em imparidade o montante acumulado de 1 477 845 euros.

e) De acordo com a demonstração dos fluxos de caixa, registou-se uma variação positiva de 2 021 496 euros, justificada pelas variações positivas dos fluxos das atividades operacionais, investimento e de financiamento de 1 782 061 euros, 12 833 euros e 226 602 euros, respetivamente.

f) Insiste-se na conveniência da apresentação de demonstrações complementares sobre os custos (por exemplo, pessoal, fornecedores e serviços de externos) de atividades, departamentos, comissões técnicas e órgãos da OTOC.

4.2 Relatório de atividades

O CF procedeu à análise do relatório de atividades do Conselho Diretivo (RACD) de 2011, o qual descreve as atividades do Conselho Diretivo e dos restantes órgãos da OTOC, bem como dos departamentos e comissões técnicas, exceto as do CF, as quais estão traduzidas neste relatório.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Como é referido no RACD, o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos gastos e dos rendimentos.

Lisboa, 12 de março de 2012

O Conselho Fiscal,

Presidente

1.º Vogal

2.º Vogal



Joaquim Fernando
da Cunha Guimarães

António Joaquim
Fernandes Cerqueira

Tomás Pires Vieira
dos Santos

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2011

INTRODUÇÃO

1. Em cumprimento do disposto na alínea c) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, examinámos o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2011, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), as quais incluem o balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 22 355 696 euros e um total do fundo patrimonial de 13 175 260 euros, incluindo um resultado líquido do período de 1 466 119 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. Nos termos da alínea c) do art.º 35.º do EOTOC, é da competência do Conselho Diretivo da OTOC a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. Considerando que o Conselho Diretivo deliberou manter a auditoria às contas, de base contratual, realizada por “Oliveira, Reis & Associados”, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, com sede em Lisboa, entendemos que o trabalho desenvolvido por essa sociedade incorre nas responsabilidades inerentes ao respetivo relatório de auditoria face ao disposto no art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 489/99, de 16 de novembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro.

4. O relatório de auditoria referente ao período findo em 31 de dezembro de 2011, datado de 8 de março de 2012, foi emitido na modalidade, sem reservas e sem ênfases.

5. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

ÂMBITO

6. Não definindo o EOTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente rele-vantes.

7. O relatório anual da atividade fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art.º 37.º do EOTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa atividade fiscalizadora.

8. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras.

9. Entendemos que a fiscalização efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo de 2011.

PARECER

10. Somos de parecer que o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2011 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da OTOC em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data.

Lisboa, 12 de março de 2012

O Conselho Fiscal:

Presidente



Joaquim Fernando
da Cunha Guimarães

1.º Vogal



António Joaquim
Fernandes Cerqueira

2.º Vogal



Tomás Pires Vieira
dos Santos



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

Relatório de auditoria

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC)*, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 22 355 696 euros e um total de fundos patrimoniais de 13 175 260 euros, incluindo um resultado líquido de 1 466 119 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da OTOC e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as normas técnicas e as diretrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo, utilizadas na sua preparação;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

-
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC)*, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante no relatório do Conselho Diretivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de março de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



José Vieira dos Reis,
ROC n.º 359



OTOC | ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa

Tel. 21 799 97 00 | Fax 21 795 73 32 | Email geral@otoc.pt